

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO**

**A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO MERCOSUL:
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO
PROTOCOLO DE LAS LEÑAS NO BRASIL**

LEONARDO VIEIRA DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro

2020

LEONARDO VIEIRA DE OLIVEIRA

**A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO MERCOSUL: ANÁLISE
DA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE LAS LEÑAS NO BRASIL**

Monografia final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Carolina Araújo de Azevedo Pizoeiro**.

Rio de Janeiro

2020

CIP - Catalogação na Publicação

VO48c Vieira de Oliveira, Leonardo
A cooperação jurídica internacional no Mercosul:
uma análise da aplicação do Protocolo de Las Leñas
no Brasil. / Leonardo Vieira de Oliveira. -- Rio de
Janeiro, 2020.
67 f.

Orientadora: Carolina Araújo de Azevedo Pizoeiro.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2020.

1. Mercosul. 2. cooperação. 3. Protocolo de Las
Leñas. I. Araújo de Azevedo Pizoeiro, Carolina,
orient. II. Título.

LEONARDO VIEIRA DE OLIVEIRA

**A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO MERCOSUL: ANÁLISE
DA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE LAS LEÑAS NO BRASIL**

Monografia final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Carolina Araújo de Azevedo Pizoeiro**.

Data da Aprovação __/__/____.

Banca Examinadora:

Orientadora

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Eu conseguiria jamais trilhar os novos rumos que a vida me deu sem o apoio e o incentivo de pessoas fundamentais em minha existência, que sempre me deram motivação e sobretudo coragem. Letícia, fonte inesgotável de amor, companherismo e lealdade, que sempre esteve ao meu lado, desde o momento em que soube ter passado no vestibular para a UFRJ até a retirada deste diploma. Minha mãe, Maria Lucia, e meu tio/pai, Mauro Vieira, que sempre acreditaram em meus planos e deram apoio incondicional. Julia e Paulo Enrique, referências para mim nesta nova carreira que pretendo seguir e que me agraciaram ao longo do curso dois lindos presentes, Luísa e Eduardo.

Esses tempos também não seriam os mesmos sem a companhia também de amigos que a faculdade felizmente nos presenteou. A todos da Sonseria, Cátia, Clarissa, Daniele, Elaine, Ivan, Lucas, Miguel e Vinícius, seletto grupo com as pessoas mais dedicadas e de coração mais generoso desta FND. Certamente posso dizer que minha percepção do Direito não seria a mesma sem sua amizade e companhia acadêmica. A Paula, Ricardo, Paulo e demais companheiros de "viagem" de volta para Niterói, seja no ônibus Garcia ou no 1001. Sem vocês não somente a volta para casa seria mais desgastante, mas sobretudo o incentivo para sair de casa não seria o mesmo. E, enfim, a todos do Noturno do período 2015.2, grupo que, com poucas variações ao longo dos semestres, seguiu unido até o final.

RESUMO

A cooperação jurídica internacional é um dos mais promissores ramos do Direito Internacional Privado, eis que, por meio dela, jurisdições nacionais dialogam no sentido de garantirem mutuamente a efetividade de suas decisões e medidas processuais, garantindo o direito fundamental do acesso à Justiça no plano internacional. Em esquemas de integração regional, essa cooperação assume relevância ainda maior, tendo em vista a necessidade de aproximação e diálogo de indivíduos e ordenamentos jurídicos com a finalidade de assentarem um destino em comum. No âmbito do Mercosul, o principal instrumento de cooperação é o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa ("Protocolo de Las Leñas"), tratado que impõe maior celeridade na comunicação de cartas rogatórias probatórias e de mero trâmite, além de conferir eficácia extraterritorial a sentenças estrangeiras. Quase trinta anos após sua entrada em vigor, contudo, o Protocolo de Las Leñas ainda esbarra em óbices na prática forense de tribunais estaduais e federais no Brasil, tornando imperiosa a construção de uma hermenêutica pró-integracionista no país, à luz do parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal.

ABSTRACT

International legal cooperation is one of the most promising branches of private international law. Through it, national jurisdictions engage in dialogue in order to mutually guarantee the effectiveness of their decisions and procedural measures, guaranteeing the fundamental right of access to justice at the international level. In regional integration schemes, this cooperation assumes even greater relevance, in view of the need for approximation and dialogue of individuals and legal systems with the purpose of establishing a common destiny. Within the Mercosur framework, the main cooperation instrument is the Protocol on Cooperation and Jurisdictional Assistance in Civil, Commercial, Labor and Administrative Matters ("Las Leñas Protocol"), a treaty that increases in the communication of letters rogatory and mere proceedings, in addition to conferring extraterritorial effectiveness to foreign sentences. Almost thirty years after its entry into force, however, the Las Leñas Protocol still encounters obstacles in the forensic practice of state and federal courts in Brazil, making it imperative to build a pro-integrationist hermeneutics in the country, in light of the sole paragraph of Article 4 of the Federal Constitution.

Palavras-chave: Mercosul; cooperação jurídica; Protocolo de Las Leñas.

Key words: Mercosul; international legal cooperation; Las Leñas Protocol.

LISTA DE ABREVIACÕES

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade
AI - Agravo de Instrumento
AC - Apelação Cível
CCM - Conselho Mercado Comum
CEE - Comunidade Econômica Europeia
GMC - Grupo Mercado Comum
COADEM - Colégios e Ordens de Advogados do Mercosul
CPC - Código de Processo Civil
DIPr - Direito Internacional Privado
DIP - Direito Internacional Público
FCES - Foro Consultivo Econômico-Comercial
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MRE - Ministério das Relações Exteriores
OAB - Organização das Nações Unidas
ONU - Organização das Nações Unidas
RESp - Recurso Especial
SAM - Secretaria Administrativa do Mercosul
SEC - Sentença Estrangeira Contestada
STJ - Superior Tribunal de Justiça
STF - Supremo Tribunal Federal
TJCE - Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia
TJPR - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
TJUE - Tribunal de Justiça da União Europeia

SUMÁRIO

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO	Error!
Bookmark not defined.	
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vi
LISTA DE ABREVIACÕES	vii
1. INTRODUÇÃO.....	2
2. MERCOSUL COMO FENÔMENO NORMATIVO INTERGOVERNAMENTAL	10
2.1 ESTRUTURA INSTITUCIONAL E NORMATIVA DO MERCOSUL	11
2.2 AUSÊNCIA DE APLICABILIDADE IMEDIATA E PRIMAZIA DO DIREITO MERCOSULINO	16
3. CARTAS ROGATÓRIAS	20
3.1 CARTAS ROGATÓRIAS EXECUTÓRIAS E O SISTEMA BRASILEIRO.....	26
4. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS	30
4.1 SEC Nº 14.077 - UY (2015/0157125-0).....	38
4.2 RESp 1308686/SP	41
5. CONCLUSÕES	45
6. APÊNDICE: O exercício da advocacia transnacional no Mercosul	48
I. Advocacia no Brasil: função essencial à Justiça	48
II. A advocacia no Mercosul: atuação transnacional	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

1. INTRODUÇÃO

É de ampla compreensão que o fenômeno da globalização se tornou um dos principais vetores de incremento do intercâmbio internacional, seja no campo do Direito Público - mormente nas relações diplomáticas entre sujeitos de Direito Internacional Público -, seja no aumento das relações jurídicas privadas internacionais entre indivíduos, organizações e empresas. A grande maioria dessas interações dá-se por meio de canais tradicionais disponíveis na arena multilateral, como o intercâmbio comercial e as inversões de renda em ordenamentos jurídicos estrangeiros.

Dessa forma, nos planos jurídicos interno e internacional, torna-se imperiosa a adaptação dos marcos legais à realidade da globalização¹, destacando-se a questão da ética nesse contexto, suscitada pelo ocaso do Estado-Nação e sua repercussão nos modelos de organização social.²

Há, contudo, outra dimensão do *jus gentium* em que as interações também adquirem maior importância no contexto da sociedade internacional globalizada. Trata-se da cooperação jurídica internacional entre países, assim entendida a cooperação entre Estados nacionais a fim de que processos judiciais, arbitrais ou mesmo administrativos multiconectados e iniciados em uma determinada jurisdição nacional possam ter uma solução efetiva, ainda que diligências ou a própria execução da decisão sejam realizadas em uma jurisdição estrangeira, o que somente seria possível com o auxílio desta outra.

Embora no plano jurídico a ideia de cooperação estivesse presente ainda nos primeiros acordos bilaterais que contemplavam as mais diversas áreas, como regularização da dupla nacionalidade, extradição, imunidade e cooperação judiciária, identifica-se um novo patamar deste tema com o surgimento do multilateralismo e do incremento recente das interações transnacionais. Ignacio Goicoechea, por exemplo, salienta a importância da

¹ “Ao tratar sobre a cooperação jurídica é inevitável a referência à atual realidade na qual estamos inseridos: um mundo de globalização. Dentro desse quadro, é cada vez mais perceptível que as relações sociais estão conectadas e as pessoas atingiram um nível de interação nunca antes experimentado. Integração que gera consequências nas mais diversas questões, envolvendo, sem sombra de dúvidas, as áreas econômicas, comercial, social e jurídica. Com alcance global, os povos sentem essa realidade reverberar de uma maneira mais sintomática em seus respectivos territórios. Nessa esteira, torna-se imperioso que o ordenamento jurídico de uma nação, cada vez mais acionado para dar resposta a conflitos de interesse que trazem elementos estrangeiros às suas relações jurídicas, tenha instrumentos suficientes para prestar a devida tutela às questões conflituosas [...]”. SOUZA, Nevitton Vieira; SANTANA, Luiz Felipe Costa. *A Cooperação Jurídica Internacional no Advento do Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015)*. IN. MENEZES, Wagner (Org.). *Direito Internacional em Expansão*. v. 8. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016, pp. 115-116.

² NOGUEIRA, Alberto. *Globalização, Regionalizações e Tributação: a Nova Matriz Mundial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 15.

contribuição da cooperação no desenvolvimento dos negócios internacionais, sendo ela um dos instrumentos mais eficazes no fortalecimento da segurança jurídica.

La cooperación jurídica internacional se hace indispensable para garantizar la seguridad jurídica y el acceso a la justicia, generando impacto concreto en el desarrollo de los negocios internacionales. Para ilustrar esta afirmación citamos al Hon. Robert Mc. Clelland (Procurador General de Australia), quien expresaba en una presentación efectuada en una reunión de Ministros de Justicia de los Estados del Commonwealth, realizada en Australia en Julio de 2011, que 'normas y procedimientos eficientes y efectivos para resolver disputas internacionales facilitan la planificación de esa disputas. Ellas ayudan a minimizar los riesgos de transacción, litigios y ejecuciones, y crean un ambiente propicio para el comercio internacional. La coordinación de estas normas y procedimientos, con aquellas de los otros países involucrados en las respectivas transacciones son un aspecto importante que hacen a la eficiencia y efectividad del contexto jurídico de las transacciones internacionales'.³

Dessa forma, a cooperação situa-se como importante ramo do Direito Internacional Privado, responsável por assentar normas efetivas que fortaleçam a tutela jurisdicional de cada Estado e assegurem o respeito ao princípio fundamental do acesso à Justiça no âmbito transnacional, conforme apregoa a doutrina da centralidade do ser humano no ordenamento jurídico.

Aside from endless academic debate whether the individual is a real subject or a mere object of international law, the relevant conclusion is that it is impossible to think about public international law without taking the individual into account. Ideally, the individual should indeed be the final consideration of all law, including international law. Therefore, it is beyond doubt that public international law is nowadays characterized by the centrality of human rights and the *pro homine* approach.⁴

A elevação axiológica dos direitos humanos permitiu a interpretação de institutos vinculados à matéria (carta rogatória, homologação de sentença estrangeira, entre outros) impondo uma renovação do próprio Direito Internacional Privado sob o olhar crítico dos direitos humanos⁵. Vistos de outra forma, os Direitos Humanos exerceriam um *papel corrosivo* sobre as estruturas normativas estatais, a partir de um conjunto principiológico

³ GOICOECHEA, Ignacio. *Nuevos Desarrollos en la Cooperación Jurídica Internacional en Materia Civil y Comercial*. Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão. Ano 4, nº 7, maio (2016), pp. 3-4.

⁴ TIBURCIO, Carmen. *The current practise of international co-operation in civil matters*. Recueil de Cours, vol. 393, 2018, p. 120.

⁵ RAMOS, Andre de Carvalho. *Direito Internacional Privado e seus Aspectos processuais: A Cooperação Jurídica Internacional*. IN RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (orgs.). *Direito Internacional privado e a Nova Cooperação Jurídica Internacional*. Belo Horizonte: Arraes, 2015, p. 4.

potente, que impacta as estruturas positivas e exige enfoque transdisciplinar para adequada reflexão sobre seu papel na cooperação jurídica internacional⁶.

Em última instância, esse processo capacita a cooperação a aproximar os povos, estimulando as relações pacíficas de controvérsias. Já abordamos em outras oportunidades, inclusive, a ligação do princípio da cooperação internacional com o tema da paz⁷. Nesse sentido, o conceito de cooperação pode ser considerado o que melhor exprime as aspirações e tendências do homem moderno, representando um dos grandes progressos do pensamento humano do século XX e continuando a gozar desse status no século XXI.⁸

Em suma, o Direito Internacional Privado vem se adaptando à nova importância da cooperação internacional, realçando seus institutos na esfera transnacional. Maria Blanca Noodt Taquela, em seu curso de Haia, por exemplo, afirma que este tema já se tornou um dos três pilares do objeto da disciplina jusinternacionalista privatista, juntamente com a Jurisdição Internacional e a Lei aplicável.⁹

Além disso, conforme aponta Ana Elisabeth Villalta Vizcarra, a cooperação jurídica assume relevância ainda maior quando se trata de esquemas de integração regional, em que Estados decidem compartilhar destinos comuns em questões como comércio, investimentos, regulação de setores estratégicos e até mesmo no intercâmbio de pessoas.

Los procesos de integración en la actualidad deben tener como uno de los temas principales de su agenda, los mecanismos de cooperación judicial internacional, para que dichos procesos cuenten con una adecuada seguridad jurídica. En ese sentido, la Cooperación Judicial Internacional se convierte en una exigencia del Estado de Derecho, para

⁶ MENEZES, Wagner. *Cooperação Jurídica Internacional e seus Paradoxos*. IN Ibidem, pp. 20-24.

⁷ RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. *Cooperação Internacional: Novos Apontamentos e Temas Atuais na Jurisprudência*. IN CASTRO MENDES, Aluisio Gonçalves; BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CARNEIRO, Paulo Cesar Pinheiro; e ALVIM, Teresa Arruda. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2018, pp. 293-328; Ver também: RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. *Cooperação Internacional*. IN: Revista da Faculdade de Direito da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, v. 1, n. 1, 1993-R454. p. 1; RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. *Princípio da Cooperação*. IN: TORRES, Ricardo Lobo; KATAOKA, Eduardo Takemi; GALDINO, Flavio. *Dicionário de Princípios Jurídicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. pp. 1-2. Ver também AMORIM, Celso Luiz Nunes. *Perspectivas da Cooperação Internacional*. IN MARCOVITCH, Jacques (org.) *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: EDUSP, 1994, pp 149-163.

⁸ CAVALCANTI, Themistocles Brandão. *A cooperação internacional*. Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1958, p. 3.

⁹ NOODT TAQUELA, Maria Blanca. *The Most Favorable Treaty or Domestic Rules to Facilitate Private International Law Cooperation*. RECUEIL DES COURS, tome 377, Leiden, Brill Nijhoff, 2016, pp. 166 e seguintes. Na mesma tendência Carmen Tiburcio e Jacob Dolinger atualizam o Curso de Direito Internacional privado dando destaque ao tema. Cf. DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. *Direito Internacional privado: parte geral e processo internacional*. 14ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

la protección de los derechos e intereses de las personas, así como para lograr la armonía y el respeto de los valores en las sociedades. Al fortalecer la Cooperación Judicial Internacional - volviéndola más ágil y eficaz - se fortalecen las relaciones comerciales, el intercambio y los negocios internacionales.¹⁰

O fortalecimento da cooperação jurídica nos blocos regionais permite que se pense na construção de um espaço de justiça mundial, onde qualquer pessoa tenha garantido o acesso à justiça (e uma tutela efetiva de seus direitos), qualquer que seja sua localidade no planeta. Sem margem para dúvidas, a cooperação internacional configura-se como peça fundamental nesse contexto.

O dever de cooperação está consagrado na Carta da ONU¹¹, marco que robustece a dinâmica cooperativa, na percepção de Wagner Menezes¹². O mesmo princípio encontra-se esculpido também na carta da OEA¹³, pelo que exerce importante papel no sentido da obtenção da cooperação internacional no nível das Américas, ao propor abordagem conjunta para “participar e solucionar os grandes problemas internacionais”.¹⁴

Assim, a construção de um sólido "processo civil regional" apresenta-se como instrumento substancial de integração, eis que a circulação de bens e serviços se fortalece substancialmente quando resguardado por um arranjo institucional que garanta o acesso à Justiça, ainda que à distância. Não à toa, o constitucionalista alemão Peter Häberle argumenta que seu modelo de "Estado Cooperativo" - evolução do Estado Democrático de Direito no contexto da globalização e do aumento de fluxos transnacionais - é potencializado quando estes entes se inserem em estruturas de integração regional.

Ele (o Estado Cooperativo) desenvolve, antes de tudo,- já textualmente -processos, competências e estruturas "internas" e se impõe tarefas que fazem jus à cooperação com "forças externas", e ele se abre a elas de tal maneira que se põe em questão a distinção entre "externo" e "interno", a ideologia da impermeabilidade e o monopólio das fontes do direito. Ele trabalha no desenvolvimento de um "Direito Internacional cooperativo": a caminho de um "Direito Comum de Cooperação". O Estado Constitucional Cooperativo é a resposta interna do Estado

¹⁰ VIZCARRA, Ana Elizabeth Villalta. *La cooperación judicial internacional*. IN. XL Curso de Derecho Internacional. Comitê Jurídico Interamericano, 2013, p. 48.

¹¹ Art. 1, 3: “Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.”

¹² MENEZES, Wagner Cooperação Jurídica Internacional e seus Paradoxos. IN RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (orgs.). *Direito Internacional privado e a Nova Cooperação Jurídica Internacional*. Op. cit., p. 18.

¹³ Cap II, i, “A cooperação econômica é essencial para o bem estar e para a prosperidade comuns dos povos do continente”.

¹⁴ CAVALCANTI, Op.cit., p 7

Constitucional ocidental livre e democrático à mudança no Direito Internacional e ao seu desafio que levou a formas de cooperação. Ele constituiria uma mudança constitucional "de fora", se essa idéia não fosse duvidosa em razão de seu esquema interno/externo. Estados Constitucionais e Direito Internacional ou relações internacionais influenciam-se hoje, também, mutuamente, em suas mudanças - a doutrina dos "dois mundos" ou dos "dois reinos" torna-se questionável- e ambos são, simultaneamente, sujeito e objeto dessa mudança. O Estado Constitucional aberto somente pode existir, a longo prazo, como Estado cooperativo, ou não é um Estado "Constitucional"!¹⁵

No âmbito latino-americano, o Mercado Comum do Sul ("Mercosul") talvez seja o maior exemplo de projeto de integração regional e cooperação jurídica internacional de que o Brasil faz parte. Criado em 1991 como um bloco de livre-comércio que almejava a alcançar o estágio de mercado comum, nos termos do Tratado de Assunção¹⁶, o Mercosul rapidamente adquiriu outras dimensões de integração para além da comercial.

Nesse contexto, ainda em seu primeiro ano de vida, os quatro Estados-membros fundadores, reunidos na cidade argentina de Las Leñas, assinaram o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa¹⁷ ("Protocolo de Las Leñas"), responsável por instituir os primeiros instrumentos facilitadores de cooperação jurídica internacional entre as jurisdições nacionais integrantes do bloco, quais sejam, as cartas rogatórias de mero trâmite e probatórias, além do reconhecimento de sentenças estrangeiras.

Poucos anos depois, os Estados-membros assinam o Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição em Matéria Contratual de 1994¹⁸, o Protocolo de Ouro Preto sobre Medidas Cautelares de 1994¹⁹ e o Acordo sobre Benefício de Justiça Gratuita de 2000²⁰. Com efeito, parte da doutrina entende que esses quatro tratados conformam um verdadeiro "microsistema processual" de cooperação jurídica do Mercosul, eis que todos esboçariam o início da construção de um Direito Processual Civil Internacional do bloco, ainda que o próprio bloco careça de um tribunal único e ativo, com características comunitárias, responsável por interpretar e harmonizar suas normas.²¹

¹⁵ HÄBERLE, Peter. *Estado Constitucional Cooperativo*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007.

¹⁶ Internalizado no Brasil pelo Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991.

¹⁷ Internalizado no Brasil pelo Decreto nº 2.067, de 12 de novembro de 1996.

¹⁸ Internalizado no Brasil pelo Decreto nº 2.095, de 17 de dezembro de 1996.

¹⁹ Internalizado no Brasil pelo Decreto nº 2.626, de 15 de junho de 1998.

²⁰ Internalizado no Brasil pelo Decreto nº 6.679, de 8 de dezembro de 2008.

²¹ O Tribunal Permanente de Revisão, criado pelo Protocolo de Olivos, insere-se nesse contexto como órgão judicial competente para assegurar o respeito ao Estado de Direito no processo de integração regional, realizando interpretação autêntica de suas normas com exclusividade e exclusão de qualquer

Renata Álvares Gaspar, por exemplo, é bastante feliz ao compreender esses protocolos como a confecção de um ordenamento jurídico mercosulino organizado em rede, despido de supranacionalidade, conectando as quatro jurisdições nacionais, ou "pirâmides internas de Kelsen".

Desta forma, e considerando tais teorias, na atualidade do cenário jurídico, é possível afirmar que temos as pirâmides internas, que devem ser interpretadas a partir de premissas pós-modernas, convivendo com o sistema horizontalizado de Direito Público Internacional, que merca as relações estabelecidas dentro da sociedade internacional, somado a uma nova pirâmide dentro dos processos de integração e cooperação, que apesar de seu vértice ser menos pronunciado, denota centralização do poder em termos clássicos, em função de processos políticos. E todas estas ordem se relacionam num sistema interligado em rede, evidenciando em termos macros uma descentralização de poder em todos os níveis, que o Direito não pode desprezar - e nem os sistemas jurídicos *de per se*.²²

Cumpre frisar, entretanto, que já vigoravam instrumentos bilaterais e interamericanos de cooperação jurídica entre parte dos Estados-membros do Mercosul, notadamente entre Uruguai e Argentina e, em menor grau, entre estes e o Paraguai. Contudo, conforme leciona o jurista argentino Eduardo Tellechea Bergman, o Brasil historicamente demonstrou reticência em ratificar tratados internacionais que pudessem modificar suas estruturas de competência interna de jurisdição à margem da ordem constitucional, evitando participar de tais arranjos até basicamente a última década do século XX, o que confere relevância ainda maior aos instrumentos mercosulinos.

El marco regulador entre los Estados Partes del Mercosur en materia de relaciones privadas internacionales y cuestiones atinentes a la dimensión jurisdiccional de las mismas mostraba empero a la fecha de entrada en vigencia del texto de Asunción y aún sigue mostrando hoy, aunque en forma sensiblemente más atemperada, insuficiencias y asimetrías. Una era la situación existente entre la República Argentina y la República Oriental del Uruguay, los dos países más integrados en materia de Derecho Internacional Privado no sólo del Mercosur sino de toda América Latina, realidad en menor grado extrapolable al Paraguay, y otra aquella que se planteaba entre cada uno de los mencionados Estados y el restante e importante socio del Mercado, la República

outro órgão, podendo até mesmo declarar a inaplicabilidade de uma norma secundária ou derivada por violação ao direito originário do Mercosul. Contudo, a inatividade recente do tribunal, em parte devido às fragilidades do próprio sistema de resolução de controvérsias mercosulino, acaba por minar a conformação de um verdadeiro direito comunitário deste projeto de integração, relegando-se a tarefa de interpretação e aplicação das normas regionais às cortes domésticas. Para maiores detalhes sobre o sistema de solução de controvérsias do Mercosul, ver: PEROTTI, Alejandro D. *Tribunal Permanente de Revisión y el Estado de Derecho en el Mercosur*. Buenos Aires: Marcial Pons, 2008.

²² GASPAR, Renata Álvares. *Cooperação jurídica no Mercosul: nascimento de um direito processual civil mercosurenho*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2014, p. 30.

Federativa del Brasil. Argentina, Uruguay y en cierto modo Paraguay, al comienzo del proceso de integración ya aparecían vinculados por tratados multilaterales comunes reguladores de las relaciones privadas internacionales. Textos efectivamente aplicados entre Argentina y Uruguay a través de una dilatada jurisprudencia que se remonta a los Tratados de Montevideo de Derecho Internacional de 1889, reemplazados cincuenta años más tarde por los segundos Tratados de 1939-1940".²³

Talvez até por essa razão, juízos estaduais e federais brasileiros ainda se encontram reticentes ou cercados de dúvidas no momento de aplicar normas de cooperação jurídica do Mercosul. Não à toa, o relato do jurista uruguaio vai ao encontro do "desabafo" realizado por Antenor Madrugá, que, em prestigiado artigo publicado no contexto dos debates sobre a edição de uma lei geral sobre cooperação jurídica internacional, afirmou categoricamente que o Brasil estaria vivendo uma verdadeira "Idade Média" no que diz respeito à incorporação dos mecanismos mais avançados sobre o tema.

É fundamental desenvolver entre nossos juízes e operadores do Direito uma cultura de Cooperação Internacional. Não podemos mais formar gerações de juristas ensimesmados no direito interno, desatentos aos aspectos internacionais da problemática jurídica.²⁴

Entre as normas de maior relevo acerca do tema no âmbito do Mercosul, ganha destaque aquela consubstanciada no *caput* do art. 20 do Protocolo de Las Leñas de 1991, pela qual as sentenças e os laudos arbitrais proferidos por autoridades jurisdicionais dos Estados-partes do Mercosul adquirem eficácia extraterritorial, podendo ser plenamente executáveis nas jurisdições dos países-membros do bloco. Isso porque, em tese, esta previsão choca-se com o disposto no art. 105, I, "i", da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que determina a prévia homologação de sentenças estrangeiras pelo Superior Tribunal de Justiça ("STJ").

Em vista de tais discussões, o presente trabalho propõe-se a investigar a aplicabilidade e efetividade dos principais mecanismos de cooperação jurídica estabelecidos no Protocolo de Las Leñas de 1992, quais sejam, a carta rogatória e o reconhecimento e homologação de sentença. Em um primeiro momento, contudo, é analisado a estrutura institucional do Mercosul *per se*, compreendendo-a como projeto político de matriz intergovernamental, no qual seus Estados-membros detêm certa margem

²³ BERGMAN, Eduardo Tellechea. *Balance y perspectivas de la cooperación judicial internacional en el ámbito del Mercosur*. Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS, vol. 1 (2004), p. 289.

²⁴ MADRUGA, Antenor. *O Brasil e a jurisprudência do STF na Idade Média da cooperação jurídica internacional*. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, n. 54, 2005, p. 292.

de discricionarietà para interpretar e aplicar a normativa comunitária. Conforme será exposto, esta característica contribui para a dificuldade de implementação dos principais instrumentos de cooperação jurídica internacional do bloco.

Em seguida, são estudados os mecanismos previstos especificamente no Protocolo de Las Leñas. Para tanto, far-se-á uma análise jurisprudencial em tribunais no Brasil a fim de se investigar como se dá o emprego desses instrumentos por operadores brasileiros, em especial o uso das cartas rogatórias probatórias e de mero trâmites e pedidos de reconhecimento de sentenças estrangeiras²⁵. Neste contexto, dar-se-á destaque para dois julgados, um com resultado considerado pró-integração e outro com desfecho aparentemente territorialista, revelando ambos a carência de intimidade do operador do direito com institutos do direito internacional privado e, em especial, com a normativa do Mercosul.

Após essa análise doutrinária e jurisprudencial, chega-se à conclusão de que os avanços legislativos na cooperação jurídica ainda não são totalmente captados no Brasil, seja pelos advogados das partes, pelo Ministério Público ou mesmo pelos juízes estaduais, federais e ministros do Superior Tribunal de Justiça, o que torna premente uma interpretação pró-integração do Protocolo, à luz do parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal, que eleva a aproximação com os povos latino-americanos como um dos princípios que regem as relações internacionais do Estado brasileiro.

Por fim, ainda sobre os operadores do direito, o apêndice a este trabalho dissertará acerca da advocacia transnacional no Mercosul, projeto que almejava permitir o exercício - ainda que restrito - da profissão a advogados dos quatro Estados-membros do bloco, de forma a estimular a integração e a uniformização das normas comunitária. Entretanto, este tema, que chegou a pautar encontros anuais entre os principais atores regionais do Mercosul em meados da década de 2000, nunca foi concretizado, tornando-se um fator a mais a relegar os mecanismos de cooperação jurídica do projeto mercosulino à sobra do ordenamento jurídico regional.

²⁵ O Protocolo de Las Leñas regula adicionalmente os mecanismos de prova de direito estrangeiro, autenticação de documentos e a efetivação da isonomia processual entre partes localizadas em países distintos. Contudo, frente ao exíguo espaço dedicado ao presente trabalho, optou-se por concentrar a análise dos principais instrumentos do texto, isto é, as cartas rogatórias e o reconhecimento de sentenças estrangeiras.

2. MERCOSUL COMO FENÔMENO NORMATIVO INTERGOVERNAMENTAL

Traçando caminho semelhante ao trilhado pela União Europeia, o ideal de integração do Mercosul surgira de iniciativas de integração energética, destinadas não somente a potencializar a exploração de recursos naturais a nível transnacional, mas sobretudo a aplacar antigas rivalidades regionais que permeavam as relações entre os países do Cone Sul, especialmente entre Brasília e Buenos Aires. Em novembro de 1985, por exemplo, os chefes de Estado do Brasil e da Argentina encontram-se na cidade fronteiriça de Foz do Iguaçu para sedimentar, de uma vez por todas, a desconfiança mútua entre as duas nações em torno do aproveitamento energético da Bacia do Prata, por conta da construção da usina binacional de Itaipu.

Em decorrência desse encontro, foi elaborada a “Declaração de Iguaçu” que, dentre outros pontos, apregoava a integração econômica e energética entre os governos de Brasília e Buenos Aires. O novo momento da relação bilateral foi rapidamente aprofundado com a assinatura do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), em 1986, que deu origem ao Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988, além da Ata de Buenos Aires de 1990, pela qual os presidentes Fernando Collor e Carlos Menem do Brasil e Argentina, respectivamente, decidiram conformar um mercado comum até o final de 1994.²⁶

Já no ano seguinte ao referido tratado, a queda do Muro de Berlim levou analistas a projetarem uma expansão irrestrita do capitalismo comercial e financeiro, puxado pela globalização. Os blocos de integração regional, que antes previam arranjos de comércio de viés protetivo, deveriam agora primar pelo "regionalismo aberto", ou seja, pela integração das cadeias produtivas e pelas sinergias que promovessem a melhor inserção econômica internacional dos Estados-membros²⁷. Foi nesse contexto que surge o Mercosul, a partir do Tratado de Assunção de 1991, abrangendo também o Paraguai e o Uruguai²⁸. Os objetivos estritamente econômico-comerciais são explícitos no preâmbulo do acordo:

²⁶ Para compreensão do processo histórico de criação do Mercosul, ver: ONUKI, J. *O Brasil e a construção do Mercosul*. IN: OLIVEIRA, H. A.; LESSA, A. C. (org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2006, pp. 299-320.

²⁷ Para maior compreensão acerca do conceito de "regionalismo aberto", ver: PORTO, Manuel Carlos Lopes; FLÔRES JR, Renato Galvão. *Teoria e políticas de integração na União Europeia e no Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

²⁸ "Os formuladores do tratado entendem que o mundo caminha para a formação de grandes blocos econômicos e deve-se procurar meios para não ficar de fora. E, apesar de não expor isso claramente no documento, sabem que o poder de barganha do grupo aumentaria frente a outros blocos". MENEZES, Alfredo da Mota; FILHO, Pio Penna. *Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados Partes"; Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social; Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio; Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países; Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos; (...)

Da comparação entre os preâmbulos do Tratado de Paris de 1951 e o Tratado de Assunção de 1991, percebe-se que, enquanto motivos de ordem política levaram os "pais fundadores" da União Europeia a optarem pelo supranacionalismo - a solução para a manutenção da paz no continente -, os imperativos econômico-comerciais da globalização lastrearam o intergovernamentalismo do Mercosul, visto como acordo regional de caráter puramente comercial. No contexto sul-americano, a preocupação com o desenvolvimento e crescimento econômico deram a tônica da integração, ficando no plano subsidiário os interesses de manutenção da paz e união dos povos.

2.1 ESTRUTURA INSTITUCIONAL E NORMATIVA DO MERCOSUL

O Tratado de Assunção de 1991 propunha a liberalização progressiva das tarifas entre os quatro Estados fundadores (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), antecipando a meta do mercado comum - antes prevista para 1998 no tratado de 1988 entre Brasil e Argentina - para o final da fase de transição, ou seja, para o dia 31 de dezembro de 1994 (art. 1º). Além disso, o art. 5º determina que os Estados-membros coordenassem políticas macroeconômicas, criassem acordos setoriais de desagravos tarifários e adotassem uma tarifa externa comum, item essencial para a conformação de uma união aduaneira. De modo sucinto, o Tratado de Assunção institui uma estrutura institucional enxuta para o Mercosul durante o período de transição, que, segundo o art. 9º, seria regido pelo Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão superior responsável pela condução política e pela tomada de decisões, e pelo Grupo do Mercado Comum (GMC), órgão executivo.

Entre 1991 e 1994, na fase de transição, não havia dispositivos explícitos que

instituísssem o intergovernamentalismo, embora o costume estabelecido no CMC e no GMC fosse que a tomada de decisões seria por consenso entre os Estados-membros. Apenas após o Protocolo de Ouro Preto de 1994²⁹, que conferiu personalidade jurídica de direito internacional ao Mercosul (art. 34), o bloco passou a contar com normas que consagassem a horizontalidade de suas instituições. De início, o art. 1º do Protocolo de Ouro Preto definia toda a estrutura orgânica da organização, que, além dos já previstos CMC e GMC, ganhou também a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Foro Consultivo Econômico-Comercial (FCES) e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

De todos esses, o art. 2º dispõe explicitamente que apenas o CMC, o GMC e a CCM seriam órgãos com capacidade decisória e natureza intergovernamental. Consequentemente, toda tomada de decisão nesses três foros dar-se-ia por consenso entre os Estados-membros, cuja presença seria obrigatória na aprovação das normas de direito derivado, por força do art. 37 do texto. Dessa forma, garante-se que nenhum país seja surpreendido com novas leis mercosulinas instituídas sem sua chancela³⁰.

O CMC, órgão superior encarregado da condução política do Mercosul, manifesta-se por decisões. O GMC, órgão executório, por resoluções. Já a CCM, incumbida de velar pela aplicação e acompanhamento dos instrumentos de política comercial comum em auxílio ao GMC, adota diretrizes. Todos esses instrumentos normativos (decisões, resoluções e diretrizes) são obrigatórios para os Estados-membros.

Conforme classificação difundida na doutrina³¹, o Tratado de Assunção, instrumento fundador do bloco, e demais protocolos - todos com natureza jurídica de tratado internacional, nos termos do art. 1º, "a", da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969 - conformam o direito originário do Mercosul, no qual a vontade dos Estados-membros é convencionalmente manifestada de modo direto. Já as normativas

²⁹ Internalizado no Brasil pelo Decreto nº 1.901, de 09 de maio de 1996.

³⁰ Cabe ressaltar, aqui, que há certa controvérsia na literatura sobre o episódio da aprovação do ingresso da Venezuela ao Mercosul. Em 2012, o Paraguai, o último país cujo Parlamento ainda não havia aprovado a adesão da república bolivariana, foi suspenso do bloco por conta do processo de *impeachment* do presidente Fernando Lugo. Dias depois, sem a oposição paraguaia que pudesse causar qualquer obstrução, o CMC aprova o ingresso da Venezuela. Na ocasião, o então embaixador do Paraguai na OEA, Hugo Sanguier, chegou a afirmar que Brasil, Argentina e Uruguai haviam reeditado uma nova "Tríplice Aliança" contra o país.

³¹ "O direito originário do Mercosul compreende todos os instrumentos jurídicos internacionais firmados diretamente por seus Estados-partes, dentre os quais destacam-se os tratados constitutivos, que são o alicerce de todo o processo de integração, onde o direito derivado encontrará fundamento." PEREIRA, Ana Cristina Paulo. *Direito institucional e material do Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001, p. 46.

emanadas dos órgãos institucionais do Mercosul (decisões, resoluções e diretrizes), verdadeiras manifestações desta organização internacional, referem-se ao direito derivado, eis que seu fundamento de validade deriva diretamente dos instrumentos constitutivos originais da organização internacional³². Ainda neste contexto, cumpre lembrar que o próprio Protocolo de Ouro Preto sobre a estrutura institucional do Mercosul fez questão de apontar as fontes jurídicas do projeto de integração, ainda que sem adotar a classificação doutrinária acima ou mesmo estabelecer hierarquia formal entre elas.³³

A grande divergência doutrinária, entretanto, é quanto ao momento de vigência e aplicação dessas normas. Coadunando-se com o intergovernamentalismo da tomada de decisões, o capítulo IV (arts. 38 a 40) do Protocolo de Ouro Preto consagra o modelo da vigência simultânea das normas do Mercosul em todos os Estados-membros, uma tentativa de uniformização e sistematização do ordenamento mercosulino. De acordo com o art. 42, todas as normas de direito derivado do Mercosul (decisões, resoluções e diretrizes) têm caráter obrigatório e, "quando necessário", devem ser incorporadas aos ordenamentos nacionais mediante "os procedimentos previstos pela legislação de cada país". Já segundo o art. 38, todos os países "comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do Mercosul".

Para tanto, eles devem informar à Secretaria do Mercosul sobre as medidas adotadas internamente para esse fim. Conjugando-se esses dois dispositivos, chega-se à conclusão de que o Mercosul prevê normas obrigatórias para todos os Estados-membros e que respeita os ordenamentos nacionais ao permitir que, quando ache necessário, um Estado incorpore as normas mercosulinas segundo os respectivos procedimentos constitucionais. O intergovernamentalismo é explícito, pois o Protocolo de Ouro Preto afasta, inequivocamente, qualquer chance de aplicabilidade imediata e efeito direto das normas do Mercosul, em contraste com o que ocorre no ordenamento comunitário da União

³² "O direito derivado é composto de atos que são praticados em execução dos Tratados e, por conseguinte, são subordinados a estes, devendo-lhes respeito [...]. Encontramos como fontes jurídicas do Mercosul os atos que emanam diretamente de seus órgãos com poder normativo, quais sejam, as Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul." Ibidem, pp. 55-56.

³³ "Fontes Jurídicas do Mercosul
Artigo 41

As fontes jurídicas do Mercosul são:

I - o Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;

II - os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos;

III - as Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão do Mercosul, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção."

Europeia. Mais grave, contudo, é a leitura do art.40 do Protocolo:

Artigo 40

A fim de garantir a vigência simultânea nos Estados Partes das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo, deverá ser observado o seguinte procedimento:

i) uma vez aprovada a norma, os Estado Partes adotarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do Mercosul;

ii) quando todos os Estados Partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do Mercosul comunicará o fato a cada Estado Parte;

iii) as normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados Partes 30 dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, nos termos do item anterior. Com esse objetivo, os Estados Partes, dentro do prazo acima, darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.

O modo de incorporação das normas mercosulinas escolhido pelo Protocolo de Ouro Preto seria o seguinte: o órgão decisório do Mercosul aprova uma norma obrigatória - decisão, resolução ou diretriz -; essa norma deve ser incorporada nos ordenamentos nacionais dos Estados-membros e comunicada à Secretaria do Mercosul; apenas quando o último Estado comunicar à SAM a incorporação, a norma passará a vigor simultaneamente 30 dias depois. Portanto, ao final de todo o procedimento, tem-se, em verdade, uma dupla incorporação, em respeito rígido às soberanias nacionais.

Cabe ressaltar que o processo de vigência simultânea foi instituído pelo Protocolo de Ouro Preto sem que houvesse um prazo determinado para a incorporação, o que causou situações embaraçosas nas quais um Estado-membro é acusado por outro de não incorporar intencionalmente as normas do Mercosul a fim de proteger seus interesses. Este foi o caso, por exemplo, da controvérsia entre Brasil e Argentina sobre regulamentos fitossanitários³⁴. De acordo com Buenos Aires, o governo brasileiro postergava propositalmente a incorporação da referida norma como forma de obstruir o comércio. Após negociações diretas, a Argentina recorreu em 2002 ao tribunal arbitral *ad hoc*, no âmbito do Protocolo de Brasília sobre solução de controvérsias. No ano seguinte, os árbitros reconheceram que, conquanto as normativa do bloco não tenha prazo máximo para incorporação por cada Estado-membro, ainda assim o Brasil descumpriu uma

³⁴ ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz; BARRETTO, Rafael Zelesco. *Direito das organizações internacionais: casos e problemas*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 291.

obrigação de fazer, qual seja, a de incorporar a norma mercosulina, violando os princípios da boa-fé objetiva e da razoabilidade. Interessante observar que, neste caso, o tribunal *ad hoc* foi cuidadoso ao preencher essa lacuna temporal, consagrando paralelamente o princípio da autonomia dos Estados no cumprimento da obrigação comunitária de incorporação da normativa, em deferência ao intergovernamentalismo.³⁵

De tão complexo, o processo legislativo do Mercosul foi alvo de tentativas de aperfeiçoamento nos anos subsequentes, o que nem sempre alcançou os resultados esperados. A Decisão Nº 23/00, por exemplo, em seu art 5º, estipulou:

Art. 5.- As normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL não necessitarão de medidas internas para a sua incorporação, nos termos do artigo 42 do Protocolo de Ouro Preto, quando:

a) os Estados Partes entendam, conjuntamente, que o conteúdo da norma trata de assuntos relacionados ao funcionamento interno do MERCOSUL. Este entendimento será explicitado no texto da norma com a seguinte frase: "Esta norma (Diretiva, Resolução ou Decisão) não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL". Estas normas entrarão em vigor a partir de a sua aprovação.

b) o conteúdo da norma estiver contemplado na legislação nacional do Estado Parte. Neste caso a Coordenação Nacional realizará a notificação prevista no Artigo 40 (i) nos termos do Artigo 2 desta Resolução, indicando a norma nacional já existente que contenha o conteúdo na norma MERCOSUL em questão. Esta comunicação se realizará dentro do prazo previsto para a incorporação da norma. A SAM comunicará este fato aos demais Estados Partes.

A Decisão Nº 23/00 criou, portanto, uma nova categoria de normas do Mercosul que, em tese, teriam aplicabilidade imediata e efeito direto, em razão de tratarem apenas de matéria administrativa e *interna corporis* do bloco - a própria Decisão Nº 23/00 é um

³⁵ "A República Federativa do Brasil é um Estado membro do MERCOSUL que, através de seus representantes no órgão Grupo Mercado Comum, adotou as Resoluções objeto desta controvérsia, as quais está obrigado a incorporar. A incorporação desta normativa ao Direito interno brasileiro não depende de um fato externo ao próprio Estado obrigado nem à vontade de um terceiro. São os órgãos competentes da República Federativa do Brasil que, de acordo com sua legislação interna, têm a atribuição de cumprir a incorporação da norma comunitária. Como consequência, a conduta devida pela República Federativa do Brasil não consiste em 'tomar as medidas necessárias para assegurar a vigência', mas em incorporar internamente a norma acordada. [...] Estas normas, posteriores no tempo às Resoluções GMC objeto desta controvérsia, não fazem mais que consagrar o princípio natural e óbvio de autonomia da vontade dos Estados Partes para fixar, de comum acordo, no órgão comunitário cuja vontade formam unanimemente, os prazos que entendem razoáveis para o cumprimento da obrigação de incorporação." MERCOSUL, Laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc do MERCOSUL constituído com competência para decidir a respeito da controvérsia apresentada pela República Argentina á República Federativa do Brasil sobre obstáculos ao ingresso de produtos fitossanitários argentinos no mercado brasileiro. A não incorporação das Resoluções GMC Nº. 48/96, 87/96, 149/96, 156/96 e 71/98 impede sua entrada em vigência no MERCOSUL. Assunção, Paraguai, 19/04/2002.

exemplo desse tipo de norma. Também no sentido de agilizar e conferir previsibilidade ao processo legislativo mercosulino, a Decisão Nº 20/02 determina que, se um Estado-membro entender que determinada norma dispensa incorporação em razão de seu conteúdo temático, sua comunicação nesse sentido à SAM já concederia o *status* de "norma incorporada" naquele país.

2.2 AUSÊNCIA DE APLICABILIDADE IMEDIATA E PRIMAZIA DO DIREITO MERCOSULINO

Da leitura do Protocolo de Ouro Preto e das duas decisões supramencionadas, depreende-se que o processo legislativo mistura os conceitos jurídicos de vigência, eficácia e obrigatoriedade. Para Ana Cristina Paulo Pereira, apesar da boa intenção dos formulares do Protocolo de Ouro Preto, o instituto da vigência simultânea seria "impraticável". Pereira sugere um entendimento - "o mais favorável à integração" - segundo o qual o art. 40 separaria dois momentos de obrigatoriedade da norma mercosulina; uma vez aprovada no órgão decisório do bloco, ela já seria obrigatória no plano do Mercosul, embora ainda careça de eficácia nos ordenamentos nacionais:

Não se pode, definitivamente, condicionar a obrigatoriedade da normativa MERCOSUL ao procedimento previsto no Art. 40 do POP, mesmo porque o referido dispositivo não se refere à entrada em vigor da norma no âmbito do Mercosul, mas sim na ordem jurídica interna de seus Estados-partes, o que torna ainda mais bizarro. Se a aprovação no âmbito interno por todos os Estados-Partes fosse condição *sine qua non* para a entrada em vigor da normativa no âmbito do MERCOSUL, correr-se-ia o risco de se tornarem letra morta todos os atos adotados e não internalizados, ainda que por um único Estado-Parte, o que não faz o menor sentido (...) Tendo em vista que nenhum dos dispositivos do Protocolo de Ouro Preto condiciona de forma precisa a vigência dos atos derivados do MERCOSUL à sua incorporação ao ordenamento jurídico de cada um dos Estados-Partes, de nossa parte preferimos adotar a tese que mais coaduna-se com os interesses da integração, qual seja, a da obrigatoriedade da norma para os Estados-Partes desde sua adoção pelo órgão competente, a menos que, como já fora dito, a própria norma disponha em seu texto condições complementares.³⁶

Quando Ana Cristina Pereira diz que seu entendimento é o "mais favorável à integração", ela tem em como norte os princípios da aplicabilidade imediata, efeito direto e primazia do direito comunitário, todos construções jurisprudenciais do atual Tribunal de Justiça da União Europeia ("TJUE"). No caso *Van GendLoos*, por exemplo, uma empresa holandesa recorreu em tribunais internos da Holanda, em 1960, contra um imposto que

³⁶ PEREIRA, Op. cit., p. 77-78.

estaria em desconformidade com o Tratado de Roma de 1957. Por meio do reenvio prejudicial, o então TJCE deu ganho de causa à empresa, em 1963, conferindo a aplicabilidade direta das normas da Comunidade Econômica Europeia ("CEE") entre Estados e particulares e reconhecendo a primazia do direito comunitário na ordem jurídica europeia³⁷. No ano seguinte, o precedente foi ratificado pelo TJCE no caso *Costa x Enel*, onde um cidadão italiano contestou, na jurisdição italiana, a nacionalização de uma empresa do qual era acionista, o que comprometeria as regras de competição da CEE. Em novo acórdão, a corte comunitária assentaria a tese de que cidadãos europeus poderiam, sim, impugnar leis nacionais contrárias a normas da CEE³⁸, consagrando a primazia do direito comunitário.

A partir dessas construções jurisprudenciais, o TJUE fortaleceu a supranacionalidade que já estava presente nos tratados que instituíram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço ("CECA") e a CEE. Por outro lado, por força do art. 37 e de todo o capítulo IV do Protocolo de Ouro Preto sobre o procedimento de incorporação das normas do bloco nos ordenamentos internos, o intergovernamentalismo do Mercosul impede que suas normas tenham os elementos plenos de aplicabilidade imediata e efeito direto. De acordo com Deisy de Freitas Lima Ventura, a configuração do bloco nestes termos deve-se, em parte, aos desejos dos Estados-membros - sobretudo do Brasil, como do Mercosul - de guardar certa margem de discricionariedade:

O Protocolo de Ouro Preto expressa o quadro orgânico definitivo do Mercosul. Ele manteve ou criou fóruns intergovernamentais, onde estão representados os interesses de cada Estado parte, cujas decisões dependem da posterior ratificação pelas ordens nacionais. Foi descartada a criação de órgãos supranacionais, isto é, de um poder comum, acima dos Estados, que poderia aplicar diretamente algumas decisões, dispensando sua transposição para o direito nacional. A escolha do modelo pelo Mercosul pode ser atribuída ao desejo, sobretudo do Brasil, de relativizar o compromisso assumido, guardando imensa margem de discricionariedade. A obediência às decisões comunitárias é domínio de cada Estado membro; depende de cada governo e de sua capacidade de negociação interna. O processo decisório comporta uma longa e incerta trajetória até que se chegue à eficácia das decisões.³⁹

A mesma autora, em parceria com o jurista argentino Alejandro Perotti, lançou importante estudo em 2005 em que ambos criticam a insegurança jurídica do ordenamento

³⁷ ALMEIDA; BARRETTO. *Op.cit.*, p.67.

³⁸ *Ibid.*, p.72.

³⁹ VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *A ordem jurídica do Mercosul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996, pp 56-57.

comunitário e clamam por reforma do sistema de incorporação de normas do Mercosul. Nesse sentido, a dupla defende o entendimento de que a necessidade de incorporação de certos textos legislativos mercosulinos seriam apenas exceção à regra do art. 42, que seria a de aplicabilidade imediata. Assim como Ana Cristina Paulo Pereira, Ventura e Perotti procuram aproximar o Mercosul da técnica normativa da União Europeia:

En virtud de todo lo hasta aquí expuesto, en relación con efecto inmediato, puede argumentarse que dicho principio tiene vigencia en el derecho del MERCOSUR (en especial, cfr. artículo 42 POP), lo cual no es incompatible con los supuestos en los que se necesite internalizar determinadas normas regionales (artículo 40 POP). La necesidad —excepcional— de internalizar las disposiciones del derecho derivado debe responder únicamente a exigencias del propio derecho del MERCOSUR y no a imposiciones o determinaciones del derecho interno, o al contenido de la norma regional concernida, toda vez que ello no resulta del claro tenor literal del artículo 42 POP. Por ello, el procedimiento del artículo 40 POP sólo se aplica en los supuestos en los que el derecho del bloque establece que la norma deberá ser incorporada, es decir, en las hipótesis en las que el propio ordenamiento regional excepciona la vigencia inmediata. Ello surge también de las Decisiones CMC N° 23/00 y 20/02, las cuales, en tanto normas de rango derivado, no tienen la virtualidad jurídica de modificar o alterar el contenido o el alcance que se desprende del derecho originario (para el caso, el artículo 42 POP). El inciso b del artículo 5° de la Decisión CMC N° 23/00 (según la versión revisada por el artículo 10 de la Decisión CMC N° 20/02) constituye un ejemplo del reconocimiento del efecto inmediato de las normas del bloque para el Estado miembro cuyo derecho contiene materialmente, con los mismos efectos, la regulación de la disposición regional aprobada.⁴⁰

Em excelente dissertação defendida no Instituto Rio Branco, o diplomata Otávio Augusto Cançado Trindade também oferece sugestões legislativas para a falta de segurança jurídica e previsibilidade das normas em vigência no Mercosul⁴¹. Com foco na perspectiva brasileira, Cançado Trindade levanta a importante questão dos acordos executivos, que encontram abrigo na doutrina brasileira sobre a incorporação dos atos internacionais ao ordenamento do Brasil sob a égide da Constituição de 1988. Ele lembra que as normas mercosulinas que "não acarretem compromissos gravosos ao patrimônio nacional" - na forma do art. 49, I, da CFRB - podem ser internalizadas por meio de acordos executivos, sem passar pelo crivo do Congresso Nacional.

Ocorre que, segundo Cançado Trindade, grande parte da legislação do Mercosul que passa por essa via acaba sendo incorporada pelos respectivos órgãos competentes da Administração Pública Direta e Indireta, através de inúmeras formas de atos normativos

⁴⁰ VENTURA, Deysi; PEROTTI, Alejandro. *El proceso legislativo del Mercosur*. Montevideo: Konrad Adenauer, 2004. p. 60-61.

⁴¹ TRINDADE, Otávio Augusto Cançado. *O Mercosul no direito brasileiro: incorporação de normas e segurança jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

infra-legais, como portarias, decretos e regulamentos. Tendo em vista que as demais normas do bloco se submetem à apreciação do Parlamento, sendo incorporadas como lei ordinária, esse procedimento difuso e pouco uniforme que acaba por posicionar a legislação do Mercosul em níveis hierárquicos diferentes no ordenamento brasileiro, agravando a insegurança jurídica. A solução para o imbróglio oferecida por Cançado Trindade seria a de uniformizar a incorporação de todos os atos unilaterais de organizações internacionais - legítimas fontes de direito internacional público - por meio de decretos presidenciais, tal como já ocorre com as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Dessa forma, segundo ele, estariam asseguradas a segurança jurídica e a previsibilidade⁴².

A despeito do debate doutrinário, certo é que a estrutura institucional e legislativa do Mercosul desfavorece a segurança jurídica, o que contribui para a não aplicabilidade de suas normas ou até mesmo seu desconhecimento por parte dos operadores do direito nos Estados-membros. Esse fenômeno faz-se presente sobretudo nos instrumentos de cooperação jurídica oferecidos pelo bloco, inscritos principalmente no Protocolo de Las Leñas de 1992, posteriormente denominado Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, em modificação realizada em 2002.

Este acordo dinamiza o trâmite de cartas rogatórias e de reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras entre os Estados-membros, além de facilitar o procedimento de legalização de documentos e de pedido de informação sobre direito estrangeiro. Apesar de seus avanços, este trabalho buscará demonstrar, por meio de pesquisa jurisprudencial e doutrinária no Brasil exposta na próxima seção, que o Acordo de Las Leñas detém pouquíssima aplicabilidade na prática forense brasileira, por puro desconhecimento dos operadores do direito do país, sejam advogados, membros do Ministério Público, defensores e magistrados. Analisar-se-ão, primeiramente, os aspectos processuais das cartas rogatórias. Em seguida, passa-se à análise das sentenças estrangeiras. Por fim, a título exemplificativo desse estado de coisas, serão destacados dois julgados, cada qual com teses distintas acerca do propósito dos mecanismos de cooperação jurídica mercosulinos.

⁴² Ibid., p. 154.

3. CARTAS ROGATÓRIAS

As cartas rogatórias são tradicionalmente o instrumento de cooperação jurídica internacional privilegiado na prática regional latino-americana, constituindo um pedido formal de auxílio para a instrução de um processo formulado pelo juízo rogante ao juízo rogado. Por meio delas, são realizadas não somente comunicações processuais ordinárias - tais quais a citação, intimação ou a notificação simples -, como também pedidos de produção ou obtenção de provas em jurisdição estrangeira. Não à toa, tendo em vista essa múltipla função, Eduardo Tellechea Bergman alerta que não se deve confundir o instrumento propriamente dito, ou seja, a carta rogatória, com a espécie de cooperação solicitada através dela, podendo esta ser a mera comunicação processual, obtenção de prova ou de informação ou até mesmo o reconhecimento de sentença estrangeira ou de medida cautelar⁴³.

No cenário latino-americano, Carmen Tiburcio nos informa que o Tratado de Lima de 1878 foi o primeiro tratado multilateral a adotar a carta rogatória como único instrumento de cooperação, seja para atos de comunicação em geral, seja para pedidos de execução de decisão estrangeira. A distinção entre carta rogatória e homologação de sentença, contudo, é sistematizada apenas no Tratado de Montevideu de 1889⁴⁴.

Especificamente no contexto do Mercosul, o Protocolo de Las Leñas faz a distinção entre (i) cartas rogatórias destinadas a "diligências de simples trâmite" - tais como citações, intimações, citações com prazo definido, notificações ou outras semelhantes; (ii) cartas rogatórias para a obtenção de provas⁴⁵; e (iii) cartas rogatórias como veículo

⁴³ "El término exhorto así como las expresiones 'comisiones o cartas rogatorias', 'suplicatorias' o 'requisitorias', son utilizadas en el ámbito regional como sinónimos y designan el encargo o ruego que hace el órgano jurisdiccional de un Estado a sus pares de otro, para la realización de algún procedimiento o sustantación al servicio de una actividad procesal tramitada o a tramitarse ante el requeriente. Los distintos textos convencionales vigentes en el continente hacen del exhorto el instrumento para la comunicación de la asistencia judicial internacional, por lo que no debe confundirse el instrumento, la rogatoria, con la cooperación solicitada a través de ella". BERGMAN, Eduardo Tellechea. *Dimensión judicial del caso privado internacional*. Análisis en especial de la cooperación probatoria y cautelar en el ámbito interamericano y del Mercosur. IN. XXXIV Curso de Derecho Internacional. Comité Jurídico Interamericano, 2008, p. 224

⁴⁴ "Hence, in all these Conventions within Latin America, the rogatory letter appears to be the appropriate instrument for all acts of communication and for the taking of evidence abroad. In what concerns the Hague Conventions, on the other hand, service does not require a rogatory letter but the taking of evidence does. In the realm of Mercosul, rogatories are employed for service, the taking of evidence and for requests of recognition of foreign judgments". TIBURCIO, Carmen. *The current practise of international co-operation in civil matters*. Recueil de Cours, vol. 393, 2018, p. 96.

⁴⁵ "Art. 5 - Cada Estado Parte deverá enviar às autoridades jurisdicionais do outro Estado, segundo o previsto no artigo 2, carta rogatória em matéria civil, comercial, trabalhista ou administrativa, quando tenha por objeto:

facilitador do processo de reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras e arbitrais entre os Estados-partes do Mercosul⁴⁶. Não à toa, Tiburcio observa que o texto mercosulino retomou a tradição latino-americana consagrada ainda no Tratado de Montevideu de 1878 de utilizar a carta rogatória como instrumento único de cooperação para todos os fins⁴⁷.

Como se verá mais à frente, essa distinção representa enorme avanço em relação à antiga jurisprudência do STF e do STJ, que não concedia *exequatur* para carta rogatória de caráter executório, seja em sentença definitiva, decisão interlocutória ou medida cautelar. Mais ainda, é de se observar que o Protocolo de Las Leñas apresenta objeto mais abrangente do que aquele previsto pela Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias de 1975, que não prevê cartas rogatórias executórias⁴⁸.

Originalmente, o canal de comunicação das cartas rogatórias previsto era apenas por meio das Autoridades Centrais de cada Estado, ainda que a antiga redação do artigo 11 não utilizasse a expressão "exclusivamente"⁴⁹. Assim, conquanto fosse possível em tese a transmissão por via diplomática e consular próprio particular, parte em um processo de caráter internacional, o texto mercosulino havia engendrado somente o mecanismo pelo qual o juízo rogante expediria carta rogatória para a Autoridade Central designada por seu Estado que, por sua vez, remetia para sua homóloga no Estado em que o pedido de cooperação deveria ser cumprido, chegando a carta, então, ao juízo competente. Parte significativa da doutrina entende que esse canal exclusivo de cooperação do Protocolo evidencia a perseverança dos clássicos princípios da cortesia e da reciprocidade como fundamentos primários da cooperação entre Estados, em detrimento do conceito mais

a) diligências de simples trâmite, tais como citações, intimações, citações com prazo definido, notificações ou outras semelhantes;

b) recebimento ou obtenção de provas."

⁴⁶ "Art. 19. O pedido de reconhecimento e execução de sentenças e de laudos arbitrais por parte das autoridades jurisdicionais será tramitado por via de cartas rogatórias e por intermédio da Autoridade Central."

⁴⁷ TIBURCIO, op. cit., pp. 85-87.

⁴⁸ "Art. 2º. Esta Convenção aplicar-se-á às cartas rogatórias expedidas em processos relativos a matéria civil ou comercial pelas autoridades judiciárias de um dos Estados Partes nesta Convenção e que tenham por objeto:

a) a realização de atos processuais de mera tramitação, tais como notificações, citações ou emprazamentos no exterior;

b) o recebimento e obtenção de provas e informações no exterior, salvo reserva expressa a tal respeito."

⁴⁹ "Art. 11. "A autoridade requerida poderá, atendendo a solicitação da autoridade requerente, informar o lugar e a data em que a medida solicitada será cumprida, a fim de permitir que a autoridade requerente, as partes interessadas ou seus respectivos representantes possam comparecer e exercer as faculdades autorizadas pela legislação da Parte requerida.

A referida comunicação deverá efetuar-se, com a devida antecedência, por intermédio das Autoridades Centrais dos Estados Partes."

moderno e ajustado à doutrina da centralidade do ser humano no ordenamento que defende a cooperação como um direito do indivíduo e um dever para o Estado⁵⁰.

Esse mecanismo único, contudo, foi finalmente flexibilizado pela emenda ao texto do Protocolo de Las Leñas⁵¹, que, dentre outros pontos conferiu nova redação ao art. 10 do instrumento, prevendo expressamente não só a comunicação por meio das Autoridades Centrais, como também pela via particular e pela via diplomática ou consular⁵². Contudo, de acordo com Tellechea, o avanço só não foi maior porque a emenda não incluiu a possibilidade de comunicação direta entre juízos em regiões fronteiriças - diferentemente do previsto no Protocolo de Ouro Preto sobre Medidas Cautelares - em razão da resistência do Brasil em incluir dispositivo que atentaria contra seu sistema concentrado de concessão de *exequatur* a cartas rogatórias⁵³.

Se a comunicação se der pela Autoridade Central ou pelas vias diplomática ou consular, a legalização dos documentos estará dispensada, eis que estes são justamente os canais oficiais estabelecidos pelos próprios Estados, o que logicamente confere

⁵⁰ "Co-operation was then based primarily on comity and, therefore, reciprocity as already pointed out, was an important component. Where there were no multilateral or bilateral treaties and the foreign practice was contrary to co-operation, those judgments rendered in that State, plus rogatory letters as well as requests for co-operation in general, tended to be denied. As co-operation then aimed to facilitate the exercise of State jurisdiction, it was viewed as exclusively beneficial to the requesting State and, therefore, reciprocity was deemed fundamental. Passive co-operation led to authorization for active co-operation and that laid the foundation as to how the whole structure of co-operation was built. Even to date, this nature of co-operation is still present. Within Mercosul, the Las Leñas Protocol of Jurisdictional Cooperation and Assistance in Civil, Commercial, Labor and Administrative Matters of 1992 sets forth that requests for recognition and enforcement of judicial decisions and arbitral awards shall be made via rogatory letters through State authorities, called Central Authorities. Hence, the convention deals only with requests for recognition involving State authorities, leaving outside the scope of the convention those requests made by private parties directly to local authorities". TIBURCIO, op. cit., p. 125.

⁵¹ Decisão CMC 07/02.

⁵² Art. 10. "As cartas rogatórias poderão ser transmitidas por via diplomática ou consular, por intermédio da respectiva Autoridade Central ou pelas partes interessadas, em conformidade com o direito interno. Caso a transmissão da carta rogatória seja efetuada por intermédio das Autoridades Centrais ou por via diplomática ou consular, não se exigirá o requisito da legalização.

Caso seja transmitida por intermédio da parte interessada, deverá ser legalizada pelos agentes diplomáticos ou consulares do Estado requerido, salvo se entre o Estado requerente e o requerido tiver sido suprimido o requisito da legalização ou substituído por outra formalidade.

As cartas rogatórias e os documentos que as acompanham deverão redigir-se no idioma da autoridade requerente e serão acompanhadas de uma tradução para o idioma da autoridade requerida."

⁵³ "La Enmienda al Protocolo de Cooperación y Asistencia Jurisdiccional entre los Estados Parte del Mercosur, Decisión CMC 07/02 y el Acuerdo de Cooperación y Asistencia Jurisdiccional entre los Estados Parte del Mercosur y la República de Bolivia y la República de Chile, Decisión CMC 08/02, amplían expresamente los modos de transmisión, recibiendo además de la Autoridad Central, el diplomático o consular y el particular, arts. 10 de ambos textos. Se omitió en cambio la vía judicial, tanto en su modalidad clásica - pues tradicionalmente en la región no es empleada - como en su moderna y útil forma de comunicación directa entre magistrados fronterizos contiguos, no obstante su agilidad e inmediatez, en razón de la posición de Brasil, país que como se viera, su Constitución exige que los exhortos recibidos del extranjero deban ser objeto de contralor por instancias jurisdiccionales superiores como condición previa a su diligenciamiento". TELLECHEA, op. cit., p. 233.

autenticidade automática.

Cabe observar ainda que, a despeito de o novo art. 10 do Protocolo prever que a via particular demandará legalização, a mesma está atualmente dispensada no âmbito do Mercosul, uma vez que todos os membros do bloco, incluindo a Venezuela, são partes da Convenção da Haia Relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Atos Públicos Estrangeiros. Portanto, no tocante ao âmbito mercosulino, é seguro de afirmar que a necessidade de legalização de documentos para expedição de cartas rogatórias já foi atualmente superada, conferindo maior agilidade nas comunicações processuais.

Na esteira das convenções regionais e internacionais mais modernas sobre o tema, o Protocolo de Las Leñas prevê um verdadeiro dever de cooperação do Estado requerido - e não mais a mera faculdade ou cortesia do *comitas gentium* -, pois, ao receber a carta rogatória, o juízo rogado deverá cumpri-la de ofício, salvo se esta, "*por sua natureza, atente contra os princípios de ordem pública do Estado requerido*"⁵⁴. Nesse sentido, cumpre salientar que os "*princípios de ordem pública*" destacados neste dispositivo referem-se às normas de ordem pública internacional do juízo rogado, devendo-se interpretar restritivamente de modo a potencializar a cooperação, conforme sólido entendimento da doutrina⁵⁵.

Mais ainda, o parágrafo único deste artigo consagra o "princípio da autonomia do ato cooperativo", segundo o qual a cooperação entre Estados acerca de um ato processual não implica a obrigatoriedade de o juízo requerido aceitar cooperar para atos consequentes relativos àquele processo. Assim, por exemplo, um Estado-membro do Mercosul que execute o pedido recebido por carta rogatória de outro Estado-membro não será obrigado a reconhecer e executar, posteriormente, qualquer sentença estrangeira advinda daquele feito, eis que a cooperação não implica no reconhecimento de jurisdição internacional do foro que emana o pedido. A Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias de 1975,

⁵⁴ "Art. 8. A carta rogatória deverá ser cumprida de ofício pela autoridade jurisdicional competente do Estado requerido, e somente poderá denegar-se quando a medida solicitada, por sua natureza, atente contra os princípios de ordem pública do Estado requerido. O referido cumprimento não implicará o reconhecimento da jurisdição internacional do juiz do qual emana."

⁵⁵ "Although there is no much uniformity in State practice, the requested authority should only verify whether the practice of those solicited acts in itself violates the ordre public of the State and not its eventual consequences nor the merits of the claim abroad. That is the general rule, which only may be derogated under very exceptional circumstances involving world public policy. In theory, requests from notification or collection of evidence originating from a suit filed abroad, which merits violates local public policy, should receive exequatur if the act to be performed locally does not contradict the fundamental values of the forum. There are examples, however, of requests of co-operation denied because of the merits of the claim abroad". TIBURCIO, op. cit., pp. 211-212.

por sua vez, prevê expressamente que a execução de carta rogatória de mero trâmite não implica na obrigatoriedade do reconhecimento posterior de sentença advinda daquele mesmo juízo⁵⁶.

Ainda neste ponto, o dever de cooperação também fica nítido na obrigação, prevista no art. 16 do texto, de o juízo rogado diligenciar o máximo possível para cumprimento da carta rogatória, ainda que os dados necessários para sua execução venham incompletos. Dessa forma, somente em último caso é que, na impossibilidade de cumprimento, o juízo rogado poderá solicitar mais informações ao juízo rogante a fim de efetuar a execução da carta.

Quanto ao procedimento, o Protocolo de Las Leñas determina que a lei aplicável ao procedimento é a lei processual do juízo rogado, onde a carta rogatória será cumprida, sempre na busca pela maior efetividade possível no cumprimento do pedido de cooperação⁵⁷. Não à toa, o art. 13 do texto também permite ao juízo rogado a aplicar "*os meios processuais coercitivos previstos na sua legislação interna, nos casos e na medida em que deva fazê-lo para cumprir uma carta precatória das autoridades de seu próprio Estado, ou um pedido apresentado com o mesmo fim por uma parte interessada*".

A incidência da *lex fori*, contudo, não é absoluta, tendo em vista que o próprio Protocolo permite a aplicação de procedimentos especiais previstos no ordenamento jurídico do juízo rogante, se este assim requerer na carta, consagrando o espírito da cooperação que permeia o texto. Da mesma forma, o juízo rogante ou a parte interessada poderá solicitar a data e hora dos procedimentos de execução do pedido da carta rogatória, podendo até mesmo acompanhar a diligência naquele foro⁵⁸. Cabe ressaltar, contudo, que não existe um dever do juízo rogado de transmitir essas informações, eis que o dispositivo em análise utiliza apenas o vocábulo "*poderá*". Nesse sentido, o único dever de informar consagrado no Protocolo de Las Leñas é de comunicar o cumprimento, integral ou parcial,

⁵⁶ Art. 9. "O cumprimento de cartas rogatórias não implicará em caráter definitivo o reconhecimento da competência da autoridade judiciária requerente nem o compromisso de reconhecer a validade ou de proceder à execução da sentença que por ela venha a ser proferida."

⁵⁷ Art. 12. "A autoridade jurisdicional encarregada do cumprimento de uma carta rogatória aplicará sua lei interna no que se refere aos procedimentos.

Não obstante, a carta rogatória poderá ter, mediante pedido da autoridade requerente, tramitação especial, admitindo-se o cumprimento de formalidades adicionais na diligência da carta rogatória, sempre que isso não seja incompatível com a ordem pública do Estado requerido. O cumprimento da carta rogatória deverá efetuar-se sem demora."

⁵⁸ Art. 11. "A autoridade requerida poderá, atendendo a solicitação da autoridade requerente, informar o lugar e a data em que a medida solicitada será cumprida, a fim de permitir que a autoridade requerente, as partes interessadas ou seus respectivos representantes possam comparecer e exercer as faculdades autorizadas pela legislação da Parte requerida. A referida comunicação deverá efetuar-se, com a devida antecedência, por intermédio das Autoridades Centrais dos Estados Partes."

ou o descumprimento da carta rogatória (neste caso, motivadamente), sempre por meio da Autoridade Central designada no Estado-membro do foro competente⁵⁹.

Não obstante os dispositivos, a lei aplicável ao procedimento da carta rogatória ainda é motivo de controvérsia entre os tribunais pátrios. A 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por exemplo, teve de reformar a decisão interlocutória, proferida pela 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Curitiba, que desconsiderara a citação por hora certa realizada pela Justiça paraguaia, determinando a expedição de outra carta rogatória para a fim de realizar nova citação do executado, um relevante senador daquele país. Após a colação dos argumentos do agravante, que defendia a lisura do procedimento e a revelia do executado, o juízo *ad quem* reformou a decisão, sustentando que a citação ocorreu de acordo com as leis paraguaias e em estrita conformidade com o preconizado no Protocolo de Las Leñas, aplicável ao caso⁶⁰.

Por fim, o Protocolo enumera os documentos necessários para instruir a carta rogatória⁶¹, em uma lista semelhante à utilizada nos principais tratados internacionais sobre o tema, como a Convenção Interamericana de 1975. Cumpre salientar que, a despeito de tais documentos serem obrigatórios, a falta um deles não exime o juiz rogado do dever de efetuar todas as diligências possíveis para o efetivo cumprimento da carta rogatória, sendo somente requisitas mais informações ao juiz rogante quando a ausência de subsídios impossibilitar a execução do pedido de cooperação. Ou seja, em um primeiro

⁵⁹ Art. 14. "Os documentos que comprovem o cumprimento da carta rogatória serão transmitidos por intermédio das Autoridades Centrais.

Quando a carta rogatória não tiver sido cumprida integralmente ou em parte, este fato e as razões do não cumprimento deverão ser comunicados de imediato à autoridade requerente, utilizando-se o meio assinalado no parágrafo anterior."

⁶⁰ "No caso em exame, observa-se que a autoridade jurisdicional paraguaia, encarregada pelo cumprimento do ato, deliberou por concluídas as diligências relativas à carta rogatória, determinando-se, de consequência, a devolução do documento ao juízo rogante. Neste contexto, a teor do art. 12 do Protocolo de Las Leñas, efetivamente incumbia àquela autoridade a aplicação dos procedimentos cabíveis para a concretização dos atos, haja vista que não houve pedido de tramitação especial ou adoção de procedimentos adicionais pelo juízo rogante, devendo, pois, as formalidades seguirem as regras previstas pelo ordenamento jurídico paraguaio. Logo, se a autoridade competente não ressaltou a existência de vício ou outra irregularidade no cumprimento do ato, dando-se por concluído o cumprimento da rogatória, impõe-se o reconhecimento da validade da citação do réu Blas Nicolas Riquelme Centurión, merecendo ser reformada a decisão agravada neste aspecto". AI nº 323188-3, 16ª C. Cível, Rel. Des. Maria Mércis Gomes Aniceto, j. 26.04.2006.

⁶¹ Art. 6. "As cartas rogatórias deverão conter: a) denominação e domicílio do órgão jurisdicional requerente; b) individualização do expediente, com especificação do objeto e natureza do juízo e do nome e domicílio das partes; c) cópia da petição inicial e transcrição da decisão que ordena a expedição da carta rogatória; d) nome e domicílio do procurador da parte solicitante no Estado requerido, se houver; e) indicação do objeto da carta rogatória, com o nome e o domicílio do destinatário da medida; f) informação sobre o prazo de que dispõe a pessoa afetada pela medida para cumpri-la; g) descrição das formas ou procedimentos especiais com que haverá de cumprir-se a cooperação solicitada; h) qualquer outra informação que facilite o cumprimento da carta rogatória".

momento, o juízo rogado não poderá devolver a carta rogatória sob o fundamento de que as informações seriam insuficientes para seu cumprimento. Antes, nos termos do art. 16, deverá (i) ou tentar executar a carta rogatória naqueles termos; ou (ii) requisitar mais informações ao juízo rogante.

3.1 CARTAS ROGATÓRIAS EXECUTÓRIAS EO SISTEMA BRASILEIRO

Conforme mencionado acima, o Protocolo de Las Leñas privilegia o trâmite das cartas rogatórias por meio do canal estabelecido pelas Autoridades Centrais indicadas pelos respectivos Estados-membros do Mercosul, ainda que a emenda ao texto tenha previsto expressamente canais alternativos, tais como a via particular e as vias diplomática e consular.

Assim, no Brasil, o *iter* estabelecido para os casos de carta rogatória ativa prevê a expedição do documento pelo juízo rogante brasileiro, que envia o instrumento para a Autoridade Central no país, qual seja, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DCRI)⁶². Este, por sua vez, remeterá a carta rogatória para a respectiva Autoridade Central estrangeira, cabendo a esta transferi-la ao foro competente naquele país.

Por outro lado, quanto às cartas rogatórias passivas, a arquitetura constitucional brasileira apresenta algumas peculiaridades que acabam por impor entraves à desejada agilidade do trâmite das cartas rogatórias no contexto da integração regional. Isto porque, conforme leciona Nádia Araújo, desde a Lei 221, de 10 de novembro de 1894, o sistema brasileiro é do tipo concentrado, cabendo ao Supremo Tribunal Federal - e, originalmente, ao Poder Executivo - o juízo prévio de admissibilidade de cartas rogatórias, por meio da concessão do *exequatur*, e do reconhecimento e homologação de sentenças estrangeiras⁶³. Dessa forma, tendo em vista o caráter decisório da diligência, foi-se criando uma firme jurisprudência no STF no sentido de que qualquer medida executória, ainda que solicitada de caráter liminar e por meio de carta rogatória, somente poderia ser concedida após a homologação da respectiva sentença estrangeira, sob pena de usurpação de apreciação pelo Poder Judiciário brasileiro, salvo se a medida estivesse prevista em convenção ou

⁶² Criado pelo Decreto 4.991/2004, posteriormente substituído pelo Decreto 9.150/2017, ficando subordinado à Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

⁶³ Ainda segundo a autora, o sistema vigente no Brasil anterior à Lei 221/1894 era do tipo difuso, onde a carta rogatória era apreciada diretamente pelo juízo de piso competente para diligenciar o pedido de cooperação. ARAÚJO, Nádia de. *Direito Internacional Privado*. Teoria e prática brasileira. 7a.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018, pp. 235-236.

tratado internacional de que o Brasil fosse parte. Com efeito, somente as cartas rogatórias de mero trâmite ou instrutórias poderiam receber prontamente o *exequatur*⁶⁴.

Especificamente quanto aos protocolos ratificados no contexto do Mercosul, o STF chegara a conceder *exequatur* a cartas rogatórias executórias advindas do Protocolo de Las Leñas e do Protocolo de Ouro Preto sobre Medidas Cautelares, ainda que reafirmando que a regra geral seria a impossibilidade de concessão. Representativa desta posição é a decisão de relatoria do Min. Celso de Mello, que somente não concedera *exequatur* no caso concreto em razão de o Protocolo de Ouro Preto ainda ter sido internalizado no ordenamento jurídico brasileiro naquele momento. Em razão da clareza do *decisum*, pede-se a devida vênua para a transcrição do trecho abaixo:

Vê-se, portanto, que constitui nota característica, peculiar ao sistema normativo brasileiro, a pré-exclusão de qualquer atividade de índole executória, em sede de cartas rogatórias passivas (vale dizer, aquelas expedidas por Tribunais estrangeiros e dirigidas ao Supremo Tribunal Federal), pois, em tal hipótese, impor-se-á a necessária e prévia homologação da respectiva decisão estrangeira, a efetivar-se em procedimento específico a ser instaurado, no âmbito desta Corte, nos termos do Código de Processo Civil (arts. 483 e 484) e do RISTF (arts. 215 e 224).

Cabe lembrar, neste ponto, que, em princípio - e ressalvado o que dispuserem em sentido contrário, tratados ou convenções internacionais -, as cartas rogatórias encaminhadas à Justiça brasileira somente deverão ter por objeto a prática de simples atos de informação ou de comunicação processual, ausente, desse procedimento, por isso, mesmo, qualquer conotação de índole executória.

Daí a plena admissibilidade, em sede de rogatórias passivas, da realização, no Brasil, de medidas científicas em geral (intimação, notificação ou citação), consoante expressamente enfatizado pelo magistério jurisprudencial prevalecente no âmbito desta Suprema Corte.

Desse modo, não constitui demasia ressaltar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de considerar insuscetíveis de cumprimento, no Brasil, as cartas rogatórias passivas revestidas de caráter executório, ressalvadas, unicamente, como precedentemente destacado, aquelas expedidas com fundamento em atos ou em convenções internacionais de cooperação interjurisdicional.

[...]

Nem se alegue, para justificar a pretendida concessão de *exequatur*, que as diligências rogadas - embora de caráter

⁶⁴ Nesse sentido, ver STF, DJU 01.02.2002, AgRg na CR 8622, Rel. Min. Marco Aurélio Mello; STF, AgRg na CR 8622, DJU 01.02.2002, Rel. Min. Marco Aurélio Mello; STF, DJU 05.09.1984, SE 3421, Rel. Min. Oscar Correa.

executório - encontrariam fundamento em convenção internacional consubstanciada no Protocolo de Medidas Cautelares aprovado pelo Conselho do Mercado Comum (Mercosul), por ocasião de sua VII Reunião realizada em Ouro Preto/MG, nos dias 16 e 17 de dezembro de 1994.

É que esse ato de direito internacional público, muito embora aprovado pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo n. 192/95), não se achava formalmente incorporado ao sistema de direito positivo interno vigente no Brasil, quando da recusa da concessão de exequatur pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, pois, a despeito de já ratificado (instrumento de ratificação depositado em 18/3/97), o Protocolo em questão, em 04/5/98 (data da decisão agravada), ainda não havia sido promulgado, mediante decreto, pelo Presidente da República.

Na realidade, o Protocolo de Medidas Cautelares (MERCOSUL) - que se qualifica como típica convenção internacional de âmbito multilateral - não havia sido incorporado, definitivamente, à ordem jurídica doméstica do Estado brasileiro, quando da prolação da decisão ora agravada, eis que, nesse momento, ainda não se achava concluído o procedimento constitucional de sua recepção pelo sistema normativo nacional.⁶⁵

Com o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, a competência para concessão de *exequatur* a cartas rogatórias e para reconhecimento e homologação de sentenças estrangeiras transferiu-se para o Superior Tribunal de Justiça, por força da nova redação do art. 105, I, i, da Constituição Federal de 1988.⁶⁶

No STJ, por força do imperativo de cooperação, a posição histórica do STF foi sendo progressivamente mitigada. Primeiramente, com a Resolução nº 9/2005, que em seu artigo 7º permitiu expressamente que "*as cartas rogatórias podem ter por objeto atos decisórios ou não decisórios*", sejam elas baseadas ou não em convenções internacionais. Pouco tempo depois, essa resolução foi revogada pela Emenda Regimental nº 8/2014, que, no entanto, não somente manteve a norma acima⁶⁷, como também acrescentou outros 16

⁶⁵ STF, AgRg na CR 8279, DJU 10.08.2000, Rel. Min. Celso de Mello. Ainda no contexto do Mercosul, decisão semelhante, em que o *exequatur* também não fora concedido em razão de o respectivo tratado permissivo ainda não ter sido devidamente internalizado, foi tomada pelo Min. Rel. Marco Aurélio Mello, cujo trecho se destacada. "Vale registrar também o fato de estar submetido à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, o "Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa", celebrado entre os Estados Partes do Mercosul e as Repúblicas da Bolívia e do Chile e assinado em Buenos Aires em 5 de junho de 2002. Assim, o instituto da cooperação ainda não encontra o indispensável apoio, porquanto não integra o ordenamento jurídico nacional, esbarrando o pleito na regra segundo a qual a execução de sentença no Brasil não prescinde de homologação. Desprovejo o agravo". STF, AgRg na CR 10479, DJU 23.05.2003, Rel. Min. Marco Aurélio Mello

⁶⁶ "Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias".

⁶⁷ "Art. 216-O. É atribuição do Presidente conceder *exequatur* a cartas rogatórias, ressalvado o disposto no art. 216-T.

§ 1º Será concedido *exequatur* à carta rogatória que tiver por objeto atos decisórios ou não decisórios."

artigos colaterais ao art. 216 ao Regimento Interno do STJ em matéria de concessão de *exequatur* a cartas rogatórias, homologação de sentenças estrangeiras e prestação de auxílio mútuo entre jurisdições. Conforme observam Jacob Dolinger e Carmen Tiburcio, tal permissão foi consagrada, inclusive, implícita ou explicitamente no arts. 40, 960 e 962 do Código de Processo Civil de 2015.⁶⁸

Contudo, não obstante o explícito permissivo de concessão de *exequatur* a cartas rogatórias, juízos de primeira instância nas respectivas Justiças Estaduais do Brasil ainda apresentam certa dificuldade de compreensão do mecanismo, seja aquele o previsto no art. 216-O e seguintes do RISTJ, seja o disposto no próprio Protocolo de Las Leñas. Mais ainda, a peculiaridade inerente ao processo de concessão de *exequatur* de carta rogatória passiva executória aparentemente gera equívocos de interpretação em juízos de primeira instância no momento de expedir carta rogatória ativa.

A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por exemplo, reformou, em sede de agravo de instrumento, decisão do juízo de piso que havia indeferido pedido de expedição de carta rogatória a fim de que fosse solicitado o cumprimento da sentença proferida naquele foro, por entender equivocadamente que o Paraguai apenas realizaria os pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria cível que tivessem por objeto atos de meratramitação ou produção de provas, confundimento no Protocolo de Las Leñas⁶⁹.

Raros são os casos em que os tribunais brasileiros deferem pedido de expedição de carta rogatória de caráter executório nos exatos termos do instrumento de cooperação mercosulino. E dos poucos que assim o fazem, por vezes acabam por emular o antigo posicionamento do STF e do STJ de somente admitir carta rogatória passiva executória se houver convenção internacional nesse sentido.⁷⁰

⁶⁸ DOLINGER, Jacob. TIBURCIO, Carmem. *Direito internacional privado*. 14a.ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018, p. 618.

⁶⁹ “Logo, inobstante o d. Juízo singular tenha consignado que a República do Paraguai apenas realiza os pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria cível que tenham por objeto atos de mera tramitação, a leitura dos dispositivos acima transcritos revela a possibilidade de expedição da carta rogatória para a prática de atos executórios de sentença transitada em julgada nos países signatários do Protocolo de *Las Leñas* (Decreto nº 6.891/2009).[...]Portanto, havendo previsão expressa no Protocolo de *Las Leñas* (Decreto nº 6.891/2009), acerca da possibilidade de penhora e atos expropriatórios no caso em tela, do qual ambas as nações (Brasil e Paraguai) são signatárias, não se vislumbra qualquer óbice ao deferimento do pedido formulado pela agravante/exequente”. TJ-PR, AI nº 0001858-21.2018.8.16.0000, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. Luis Sérgio Swiech, J. 26.07.2018.

⁷⁰ “Além do que, impende mencionar que, via de regra, as cartas rogatórias devem conter apenas determinadas providências processuais (como, por exemplo, citação, vistoria, inquirição de testemunhas, etc.), mas não de caráter executório (a exemplo de penhora, arresto ou sequestro de bens), conforme

Portanto, hodiernamente, a doutrina e a jurisprudência pátrias convergem no sentido de conceder de *exequatur* de carta rogatória passiva executória, seja ou não baseada em tratado internacional, ainda que boa parte das decisões de juízos de piso ainda recaia em equívocos ou reiterem posições já superadas dos tribunais superiores no momento de expedir carta rogatória ativa. Apesar das dificuldades, é de se louvar o esforço do ordenamento jurídico no sentido de se coadunar com a melhor prática de cooperação internacional no âmbito regional, mormente no alinhamento com o previsto no Protocolo de Las Leñas.

4. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS

A sistemática de homologação de sentenças e laudos arbitrais oriundas de Estados do Mercosul no ordenamento jurídico brasileiro através do Protocolo de Las Leñas também apresenta certa controvérsia, em razão da alegada questionada constitucionalidade de tratados internacionais que preveem mecanismos alternativos à análise prévia do Superior Tribunal de Justiça. Conforme se verá mais à frente, esse debate já está superado por boa parte da doutrina, que entende ser constitucional tal previsão a partir de uma interpretação sistemática e histórica da Constituição de 1988 *vis-à-vis* das antigas Cartas Magnas brasileiras.

ensina o Ministro Celso de Mello no julgamento da CR 8377, de 15 de abril de 1999 [...] Além do que, de ordinário, em nosso País, consabido que o instrumento adequado para o cumprimento das medidas executórias é a homologação de sentença estrangeira perante o Superior Tribunal de Justiça (EC 45/04), salvo se existente convenção internacional com a dispensa de tal procedimento. É justamente este o caso do art. 19 do Protocolo de *Las Leñas*, cuja aplicabilidade – já reconhecida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (AgRg em CR 7613-4) – é reclamada pelo Estado de Santa Catarina na hipótese vertente. É o que estabelece o dispositivo: "Art. 19 O pedido de reconhecimento e execução de sentenças e de laudos arbitrais por parte das autoridades jurisdicionais será tramitado por via de cartas rogatórias e por intermédio da Autoridade Central." Destaque-se que, segundo o art. 37 do NCPC, o pedido de cooperação jurídica internacional oriundo de autoridade brasileira competente será encaminhado à autoridade central para posterior envio ao Estado requerido para lhe dar andamento. O próprio Ministério da Justiça, via de regra, é o órgão responsável por exercer o papel de autoridade central na cooperação jurídica internacional, segundo regra contida no NCPC em seu art. 26, § 4º: "*o Ministério da Justiça exercerá as funções de autoridade central na ausência de designação específica*". Em alguns casos, no entanto, há a designação de outros órgãos para execução das funções de autoridade central, a exemplo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que atua nesta função para gerenciar os acordos internacionais relativos à criança e ao adolescente (Disponível em: <https://portalied.jusbrasil.com.br/artigos/323440944/cooperacao-internacional>. Acesso em: 16/06/2017). *In casu*, para a expedição de carta rogatória executória para República do Paraguai, advirto que a composição da rogatória de ser feita com base no Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e e Administrativa, observados os requisitos dos arts. 6º, 7º e 10, e o órgão designado para exercer as funções de autoridade responsável é o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça, integrante do Ministério da Justiça. TJSC, AI nº 0138779-67.2015.8.24.0000, Primeira Câmara de Direito Público, Rel. Des. Carlos Adilson Silva J. 11-07-2017.

De acordo com o Protocolo, todos os pedidos de reconhecimento e execução de sentenças e laudos arbitrais estrangeiros serão transmitidos via carta rogatória, seja através das Autoridades Centrais designadas pelos respectivos Estados-membros do bloco, seja pelas vias diplomática ou consular ou mesmo através da via particular, desde que, neste último caso, a parte ou o terceiro interessado tome os devidos cuidados de autenticação e legalização⁷¹.

Com efeito, uma primeira leitura do dispositivo poderia sugerir que o Protocolo de Las Leñas teria inovado apenas no que se refere ao modo de comunicação de pedidos de reconhecimento de sentenças entre os membros do Mercosul, estabelecendo o mecanismo exclusivo das cartas rogatórias. No entanto, o art. 20 do texto introduz importante avanço no âmbito da cooperação jurídica internacional ao dispor que as "*sentenças e os laudos arbitrais a que se refere o artigo anterior terão eficácia extraterritorial nos Estados Partes*", desde que estas observem uma série de condições e requisitos elencados naquele artigo⁷² e que se assemelham aos próprios requisitos apresentados na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro⁷³, como, por exemplo, a necessidade de a decisão ter sido proferida por juízo competente e com força de coisa julgada.

Dessa forma, parte da doutrina entende que o art. 20 do Protocolo, ao atribuir eficácia extraterritorial às sentenças e laudos arbitrais estrangeiros no âmbito do Mercosul, criaria uma verdadeira competência internacional no âmbito do bloco, permitindo que uma

⁷¹ Art. 19. "O reconhecimento e execução de sentenças e de laudos arbitrais solicitado pelas autoridades jurisdicionais poderá tramitar-se por via de cartas rogatórias e transmitir-se por intermédio da Autoridade Central, ou por via diplomática ou consular, em conformidade com o direito interno.

Não obstante o assinalado no parágrafo anterior, a parte interessada poderá tramitar diretamente o pedido de reconhecimento ou execução de sentença. Em tal caso, a sentença deverá estar devidamente legalizada de acordo com a legislação do Estado em que se pretenda sua eficácia, salvo se entre o Estado de origem da sentença e o Estado onde é invocado, se houver suprimido o requisito da legalização ou substituído por outra formalidade".

⁷² Art. 20. "As sentenças e os laudos arbitrais a que se refere o artigo anterior terão eficácia extraterritorial nos Estados Partes quando reunirem as seguintes condições: a) que venham revestidos das formalidades externas necessárias para que sejam considerados autênticos no Estado de origem; b) que estejam, assim como os documentos anexos necessários, devidamente traduzidos para o idioma oficial do Estado em que se solicita seu reconhecimento e execução; c) que emanem de um órgão jurisdicional ou arbitral competente, segundo as normas do Estado requerido sobre jurisdição internacional; d) que a parte contra a qual se pretende executar a decisão tenha sido devidamente citada e tenha garantido o exercício de seu direito de defesa; e) que a decisão tenha força de coisa julgada e/ou executória no Estado em que foi ditada; f) que claramente não contrariem os princípios de ordem pública do Estado em que se solicita seu reconhecimento e/ou execução. Os requisitos das alíneas (a), (c), (d), (e) e (f) devem estar contidos na cópia autêntica da sentença ou do laudo arbitral".

⁷³ Art. 15. "Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete autorizado; e) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal".

decisão proferida na Argentina, por exemplo, possa ser diretamente executável no Brasil pelo juízo de piso competente, desde que respeitados os requisitos daquele artigo. Caso alguma dessas condições não se verifique, a sentença ou o lado arbitral estrangeiro careceria de eficácia extraterritorial, sendo aplicável, então, o mecanismo subsidiário do art. 19 de reconhecimento das decisões através de cartas rogatórias.

É desse modo que entende, por exemplo, José Carlos de Magalhães:

Ao dotar as sentenças judiciais e laudos arbitrais emanados dos países do Mercosul de eficácia extraterritorial, o Protocolo atribui-lhes efeitos plenos nos territórios dos Estados-Partes, independentemente de homologação pelo Judiciário do país onde deve ser executada. Isso porque, ao admitir a eficácia extraterritorial àqueles atos, ou seja, a produção de efeitos fora do território onde foram proferidos, o Protocolo de Las Leñas confere jurisdição internacional aos juízes dos Estados-Partes, como, a propósito, e com melhor técnica, foi acordado no Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em Matéria Contratual, já referido.⁷⁴

Na lógica de Magalhães, portanto, a jurisdição internacional conferida ao juiz de Estado-membro do Mercosul permite que ela seja executada em qualquer dos demais Estados-membros, eis que também integrantes desta mesma jurisdição, não sendo necessário, portanto, o processo de reconhecimento e homologação de sentença⁷⁵. Essa interpretação, contudo, esbarraria justamente no modo como fora organizado o ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse contexto, conforme lição de Nádia de Araújo, já exposta acima, o Brasil adotou o sistema concentrado de recepção de cartas rogatórias e sentenças estrangeiras ainda no final do século XIX, com a Lei 221, de 10 de novembro de 1894⁷⁶. A partir da Constituição de 1934, a análise prévia ficou a cargo do Supremo Tribunal Federal, único responsável por conceder *exequatur* a cartas rogatórias e homologar sentenças estrangeiras. Na lição de Cláudio Finkelstein, o processo de homologação constitui requisito historicamente necessário no ordenamento brasileiro na medida em que ele representa a outorga da validade interna da decisão estrangeira, de forma a torná-la

⁷⁴ MAGALHÃES, José Carlos. O protocolo de Las Leñas e a eficácia extraterritorial das sentenças e laudos arbitrais proferidos nos países do Mercosul. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 36. n. 144, out/dez. 1999, p. 286.

⁷⁵ "A eficácia extraterritorial a que se refere o artigo 20 do Protocolo de Las Leñas significa que a sentença tem eficácia no território dos países membros do Mercosul, possuindo, portanto, efeito internacional. Não se trata de uma decisão estrangeira, despida de autoridade no território de outro país onde se pretenda tenha eficácia para execução, e que, por isso, deve ser homologada por esse país. Trata-se de ato que vale por si só, não dependente de homologação, em virtude do acordo internacional firmado pelo Brasil". Ibid., p. 287.

⁷⁶ ARAÚJO, op. cit., pp. 233-234.

"homóloga" à decisão doméstica no que tange a seus efeitos executórios conferidos pelo próprio diploma processual⁷⁷.

Não à toa, a redação original da Constituição de 1988, herdando diretamente os dispositivos das Cartas de 1946, 1967 e 1969, assim dispunha:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

h) a homologação *das* sentenças estrangeiras e a concessão do exequatur às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente; (grifos nossos)

Assim, conforme salientam Jacob Dolinger e Carmen Tiburcio, a doutrina então majoritária no Brasil entendia que a preposição contraída com artigo definido "das" indicaria que todas as sentenças estrangeiras necessitariam de análise prévia do STF, não havendo espaço para mecanismos alternativos previstos em tratados ou mesmo em leis ordinárias⁷⁸. Assim, uma vez recebido o deferimento pelo Supremo, a carta rogatória ou a sentença seria distribuída internamente para execução pelo juízo federal competente.⁷⁹

Tal interpretação prevaleceu por décadas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ainda essa sistemática acabasse por dificultar não somente a vinculação ao mecanismo previsto no Protocolo de Las Leñas, como também a cooperação jurídica internacional do Brasil com demais parceiros regionais ou de âmbito multilateral. Não à toa, quando chamado a pronunciar-se especificamente quanto ao art. 20 do Protocolo, o STF reafirmou sua posição tradicional, reconhecendo apenas a "inovação" no mecanismo de transmissão dos pedidos de reconhecimento e homologação de sentenças e laudos arbitrais criado pelo instrumento mercosulino. O Min. Rel. Sepúlveda Pertence foi quem sistematizou esta interpretação, entendendo que, no Brasil, o processo de reconhecimento e homologação possui efeito constitutivo em decisões estrangeiras:

A fortiori, a conclusão se impõe no Brasil: a homologação, no

⁷⁷ "A homologação é meio hábil para outorgar validade interna e eficácia ao provimento judicial ou arbitral estrangeiro. Sem a homologação haveria ofensa à soberania nacional, vez que não se confere poder de império em território brasileiro a órgãos da administração dos Estados estrangeiros. Assim, não há que se falar em reconhecimento interno e nem em provimento judicial das decisões estrangeiras, exceto se de outra forma for prevista em Tratado". FINKELSTEIN, Claudio. IN BUENO, Cássio Scarpinella (coord). *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 4, (arts. 926 a 1.072). São Paulo: Saraiva, 2017, p. 153.

⁷⁸ "Essa diferença, que pode parecer mera questão de estilo, traz importantes consequências: a doutrina majoritária baseia-se na redação original do dispositivo (CF/1988), para concluir que todas as sentenças estrangeiras precisam ser homologadas, inadmitindo a possibilidade de qualquer tipo de sentença ser dispensado desse procedimento por lei ordinária". DOLINGER; TIBURCIO, op. cit., p. 623.

⁷⁹ Art. 109. "Aos juízes federais compete julgar e processar: X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização";

sistema pátrio, é constitutiva - pois dá eficácia assimilada à do ato jurisdicional do foro à sentença estrangeira que não a tinha - e, ademais, só o Supremo Tribunal poderá decidir dela.

Estou em que é correto o parecer da Procuradoria-Geral, quando acentuou que o Tratado de LasLeñas não dispensa, como pressuposto de sua execução no Brasil, a homologação dita (reconhecimento) da sentença provida dos outros integrantes do Mercosul, co-celebrantes daquele Protocolo de Cooperação Jurisdicional.

No ponto, a convenção internacional não inovou. E é pelo menos duvidoso que o pudesse fazer, à vista da disposição constitucional que inclui na competência do Tribunal a homologação de sentenças estrangeiras.

Há, porém, no tratado, uma inovação, que não se pode reduzir a nada ou quase nada: é a que determina que tramite "por via de cartas rogatórias" o pedido de "reconhecimento a execução de sentenças e laudos arbitrais"; quando emanada da autoridade judiciária competente do Estado de origem.

Com efeito, ao exigir a homologação, como requisito da eficácia no foro da decisão estrangeira e ao confiá-la à competência originária do Supremo Tribunal, o ordenamento brasileiro nada dispôs sobre o procedimento do reconhecimento exigido e, portanto, não impediu que a lei - ou o tratado - lhe reservassem o mesmo rito das cartas rogatórias.⁸⁰ (grifos nossos)

Com esta decisão, o STF retirara a eficácia de um dos maiores avanços no campo da cooperação jurídica internacional em matéria civil, eis que o Protocolo de Las Leñas havia sido reduzido a um mero texto de agilização no trâmite de cartas rogatórias e de reconhecimento e homologação de sentenças e laudos arbitrais estrangeiros. Em meio a críticas a essa postura, proferidas tanto por juristas brasileiros quanto por estrangeiros, uma corrente minoritária no Supremo suavizou progressivamente o entendimento no liminar do século XXI, realizando interpretação análoga àquela feita em matéria de cartas rogatórias executórias: sentenças e laudos arbitrais estrangeiros devem ser homologados pelo STF para produzirem efeitos no país, salvo se houver tratado internacional em contrário.

Esse novo entendimento fora exposto pelo Min. Marco Aurélio no julgamento acerca de uma medida cautelar comunicada através de carta rogatória oriunda da Bolívia, que somente fora indeferida devido à não incorporação pelo Brasil, naquele momento, do Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul e as Repúblicas da Bolívia e do Chile, responsável por expandir os dispositivos do Protocolo de LasLeñas

⁸⁰ STF, DJU 09.05.1997, AgRg na CR 7613 AgR, Rel.Min. Sepúlveda Pertence.

àqueles dois Estados associados⁸¹.

O movimento em favor da cooperação jurídica internacional também se fez presente quando da aprovação da Emenda Constitucional nº 45/04, que transferiu para o STJ a competência de conceder *exequatur* a cartas rogatórias e reconhecer e homologar sentenças e laudos arbitrais estrangeiros, nos seguintes termos:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias;

Assim, em resgate à redação utilizada nas constituições de 1934 e 1937, o novo texto empregou apenas a preposição "de", sem contração com qualquer artigo definido, o que poderia sugerir que nem todas as sentenças estrangeiras deveriam ser homologadas pelo Superior Tribunal de Justiça. Assim, diante da abertura constitucional, parte da doutrina passou a entender que o STJ teria de realizar a análise prévia apenas das decisões estrangeiras que a lei ordinária ou o tratado assim determinar ou eximir.

Não obstante, a jurisprudência da Corte Superior pareceu ter adotado o posicionamento tradicional do STF quanto ao Acordo de Las Leñas⁸². É digno de nota, contudo, o voto do Min. Rel, Ricardo Villas Bôas Cuevas, em sede de recurso especial, amparando-se na doutrina de José Carlos de Magalhães para também atestar que o instrumento de cooperação jurídica internacional conferira, de fato, eficácia extraterritorial às sentenças estrangeiras oriundas de Estados-membros do Mercosul.

Por fim, quanto à eficácia da execução e à ausência do interesse da jurisdição pátria, porquanto os seus bens se situam na Argentina, sem razão a recorrente. Isso porque, tal como previsto no Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de LasLeñas), ratificado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, as sentenças judiciais proferidas nos países do Mercosul são dotadas de eficácia extraterritorial, ou seja, independem de homologação nos Estados onde devam ser executadas

⁸¹ "Vale registrar também o fato de estar submetido à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, o "Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa", celebrado entre os Estados Partes do Mercosul e as Repúblicas da Bolívia e do Chile e assinado em Buenos Aires em 5 de junho de 2002. Assim, o instituto da cooperação ainda não encontra o indispensável apoio, porquanto não integra o ordenamento jurídico nacional, esbarrando o pleito na regra segundo a qual a execução de sentença no Brasil não prescinde de homologação". STF, DJU 23.04.2003, AgRg na CR 10479, Rel. Min Marco Aurélio (grifo nosso).

⁸² Nesse sentido, ver: STJ, DJU 27.03.2017, SEC 14.007/EX, Rel. Min, Félix Fischer; e STJ, DJU 23.03.2015, SEC 9.021/EX, Rel. Min, Félix Fischer.

[...] ⁸³

Esse entendimento, ainda que minoritário, acabou prevalecer quando da aprovação do novo Código de Processo Civil de 2015, que, em seu art. 961, dispôs em seu *caput* que a "*decisão estrangeira somente terá eficácia no Brasil após a homologação de sentença estrangeira ou a concessão do exequatur às cartas rogatórias, salvo disposição em sentido contrário de lei ou tratado*". Além disso, o novo diploma processual incorporou as inovações trazidas pela Resolução nº 9 e pelo Regimento Interno do STJ, como a possibilidade de homologação parcial de sentença estrangeira e de concessão de tutela de urgência para executar as decisões.⁸⁴

Portanto, de todo o exposto, conclui-se que, hodiernamente, o ordenamento jurídico brasileiro mantém a regra acerca da necessidade de homologação de sentenças e laudos arbitrais estrangeiros pelo STJ, nos termos do art. 105, h, da Constituição de 1988, embora esta norma constitucional conserve espaço para que a legislação ordinária ou tratados internacionais estabeleçam mecanismos alternativos de recepção e reconhecimento de decisões estrangeiras.

Nesse contexto, resta comprovada a constitucionalidade da norma do art. 20 do Protocolo de Las Leñas que confere eficácia extraterritorial a sentenças oriundas de Estados-membros do Mercosul que observem todos os requisitos elencados neste dispositivo. Tais sentenças constituem título executivo judicial, podendo ser apresentada em processo incidental de execução, de forma semelhante ao que o próprio § 5º do art. 961 do Novo CPC permite no caso de sentenças estrangeiras de divórcios consensuais, que não precisam passar pelo crivo do STJ⁸⁵.

⁸³ STJ, DJU 17.04.2013, 1308686/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva.

⁸⁴ Art. 961. "A decisão estrangeira somente terá eficácia no Brasil após a homologação de sentença estrangeira ou a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, salvo disposição em sentido contrário de lei ou tratado. § 1º É passível de homologação a decisão judicial definitiva, bem como a decisão não judicial que, pela lei brasileira, teria natureza jurisdicional. § 2º A decisão estrangeira poderá ser homologada parcialmente. § 3º A autoridade judiciária brasileira poderá deferir pedidos de urgência e realizar atos de execução provisória no processo de homologação de decisão estrangeira. § 4º Haverá homologação de decisão estrangeira para fins de execução fiscal quando prevista em tratado ou em promessa de reciprocidade apresentada à autoridade brasileira. § 5º A sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça. § 6º Na hipótese do § 5º, competirá a qualquer juiz examinar a validade da decisão, em caráter principal ou incidental, quando essa questão for suscitada em processo de sua competência".

⁸⁵ "Criou-se em nosso ordenamento, portanto, um sistema de delibação incidental, em que o juiz de primeiro grau poderá (*rectius*, deverá) examinar a regularidade da sentença de divórcio, desde que alguma das partes invoque seus efeitos para o fim da obtenção de algum pedido. Trata-se de mera questão incidental, que assim deverá ser tratada, ainda que constitua questão prejudicial para a consecução do pedido do autor". CARMONA, Carlos Alberto IN WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al

Por outro lado, caso a decisão careça de algum(s) dos requisitos do art. 20, a mesma necessitará de homologação no STJ, podendo, para tanto, ser transmitida via carta rogatória, nos termos do art. 19. Esta é a interpretação possível e necessária, realizada conforme o princípio pró-integração latino-americana inscrito no parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal. Assim, evita-se que eventual aplicação do art. 24 do Protocolo de Las Leñas possa obstaculizar a celeridade intencionada pelo instrumento do Mercosul, de modo semelhante ao previsto na Convenção Interamericana sobre Obrigações Alimentares⁸⁶.

Por fim, é válido concluir esta seção com a lição da jurista argentina María Blanca Noodt Taquela, para quem o Protocolo ainda mereceria ajustes no sentido de assegurar o amplo acesso à Justiça nos chamados "processos à distância", eliminando dificuldades como a de contratação de advogados no foro da execução da sentença estrangeira:

"La cooperación judicial internacional puede resultar obstaculizada no sólo por normas internas, sino también por la inexistencia o falta de implementación de mecanismos para hacerla efectiva. Por ejemplo, las dificultades que tienen los tribunales para realizar de oficio las diligencias necesarias para prestar la cooperación internacional. Se ha sostenido doctrinariamente en Brasil que el trámite de oficio previsto en el art. 8 del Protocolo de Las Leñas para el cumplimiento de los exhortos, se extiende al reconocimiento y ejecución de sentencias extranjeras, que de acuerdo al art. 19 del mismo Protocolo, tramita ahora por vía de exhorto y por intermedio de la Autoridad Central. Más allá de las posturas doctrinarias y discusiones teóricas, puede advertirse que el trámite de oficio se torna una imposibilidad material en los sistemas judiciales existentes en los países del Mercosur, particularmente en los casos en que se pretende la ejecución de la sentencia. Será necesaria la designación de un abogado en el país de ejecución para que embargue bienes, inste el remate de los mismos y desde ya, para que conteste las defensas que el demandado pueda plantear al pedido de reconocimiento de la sentencia. El trámite de oficio quizás pueda cumplirse cuando se trata del mero reconocimiento de la sentencia, y no de la ejecución de la misma, por ejemplo, para anotarla en registros públicos, en cuestiones de estado civil, como sentencias de divorcio o de adopción. De

(coords.). *Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 2135.

⁸⁶ "En lo que refiere al reconocimiento y ejecución de sentencias y laudos arbitral extranjeros, será deseable superar las regulaciones poco integradoras resultantes del art. 24 del Protocolo de Las Leñas, que someten el procedimiento y la competencia de los tribunales para el control de los fallos extranjeros a la legislación del Estado donde son invocados. Frente a tal solución creemos conveniente avanzar hacia criterios decididamente más favorables a la circulación internacional de los fallos, del tipo consagrado, ante iniciativa uruguaya, por la Convención Interamericana sobre Obligaciones Alimentarias, art. 13, que prevé un procedimiento sumario de contra lo tramitado ante los magistrados de instancia". BERGMAN, *Balance y perspectivas de la cooperación judicial internacional en el ámbito del Mercosur*, p. 303.

cualquier modo, será necesario que los Estados Parte del Mercosur contemplen la manera de hacer efectiva la cooperación judicial, a través de mecanismos apropiados, y sea para el reconocimiento de sentencias, el cumplimiento de los exhortos, como para la realización de los actos procesales a distancia.⁸⁷

Passa-se, doravante, à análise detida em de dois julgados paradigmáticos da temática da cooperação jurídica no Mercosul. Primeiramente, será abordado o caso da SEC n 14.007/UY, julgado recentemente pelo STJ, que decidiu acerca da homologação de sentença estrangeira proveniente do Uruguai sem fundamentar com uma linha sequer nos instrumentos de cooperação do Mercosul. Em seguida, tal como um fio de esperança, passa-se à análise do RESp 1308686/SP, onde não somente o mesmo STJ como o próprio juízo de piso adotam interpretação avançada acerca do Acordo de Las Leñas, conforme o projeto de integração.

4.1 SEC Nº 14.077 - UY (2015/0157125-0)

O presente caso refere-se a uma ação homologatória de sentença estrangeira, com pedido de tutela de urgência, ajuizada no STJ em 02.07.2015, no qual o requerente, argentino, pugna pelo reconhecimento e homologação de sentença condenatória expedida no Uruguai em face do requerido, também argentino.

Na origem, o requerido foi condenado no juízo de piso uruguaio ao pagamento de indenização ao requerente no valor correspondente a 50% das ações da Sunmel Company S/A. Esta decisão foi posteriormente mantida pelo Tribunal de Apelações do Tribunal Civil de Sexto Turno do Uruguai. Na fase de liquidação de sentença, ocorrida no juízo executório de 1ª instância, o débito indenizatório foi quantificado em US\$ 271.002,77 (duzentos e setenta e um mil, dois dólares e setenta e sete centavos).

Citado na ação homologatória, o requerido apresentou contestação, colacionando os seguintes argumentos de defesa: (i) não foi juntada a íntegra da sentença condenatória; (ii) houve nulidades processuais ocorridos no procedimento uruguaio, como a ausência de citação/intimação do requerido; (iii) inexistência de certidão de trânsito em julgado de todo o processo no Uruguai, tendo o procedimento ido direto para a fase de liquidação de sentença; (iv) existência de uma investigação criminal no Brasil em que foi constatada a omissão de informações do requerente perante a Receita Federal do Brasil, bem como a plena regularidade das contas do requerido, inclusive a legalidade de sua propriedade

⁸⁷ TAQUELA, María Blanca Noodt. *Los procesos a distancia y otros modos de cooperación judicial internacional en el Mercosur*. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, vol. 15 (1998), pp. 188-189.

sobre a Sunmel Company S/A.

Em parecer curto e estritamente técnico, a Sub-Procuradoria Geral da República opinou pelo deferimento da homologação, tendo em vista que a ação "preenche satisfatoriamente os requisitos previstos nos arts. 216-A a 216-N do Regimento Interno desse Egrégio Tribunal e no art. 5º da Resolução STJ nº 09/05". Em nenhum momento, citou-se qualquer normativa acerca da cooperação jurídica no Mercosul.

Já no que diz respeito ao pedido de tutela de urgência formulado na inicial, cumpre salientar primeiramente que, não obstante a permissão legal, o STJ mantém-se extremamente parcimonioso em sua concessão, exigindo a efetiva comprovação do risco de dano irreparável. No caso em comento, o então Ministro Presidente do STJ, Francisco Falcão, em decisão monocrática, indeferiu o pedido, apontando para a ausência de algumas páginas da tradução juramentada da sentença uruguaia, além de salientar que a decisão estrangeira já havia sido proferida "há muito tempo", o que enfraqueceria o argumento do perigo de demora.

Não há dúvidas de que o deferimento de liminar em homologação de sentença estrangeira é medida excepcional, cabível apenas em casos de periclitção do direito pleiteado. Não me parece ser essa a hipótese dos autos. O requerente pretende homologar decisão judicial estrangeira para iniciar processo de execução em face do requerido. Ocorre que, além de as referidas decisões terem sido proferidas há muito tempo, a evidenciar a ausência do perigo da demora na prestação jurisdicional, as traduções apresentadas não se encontram completas. Assim porque, a tradução de nº 3283 constante das fls. 09/18 e 42/47 destes autos, apresenta numeração das páginas de 1 a 24, contudo, não foram juntados aos autos as páginas de 11 a 17 e 19. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência.

Após correção das folhas da tradução pelo requerente, a ação foi concluída para julgamento pela Corte Especial do STJ. Em voto técnico, o Min. Relator, Félix Fisher, considerou estarem cumpridos os requisitos homologatórios previstos no CPC e no Regimento Interno do STJ, deferindo o pedido de homologação. Segundo ele,

Depreende-se do Novo Código de Processo Civil os mesmos requisitos, consoante artigo 963 do Código de Processo Civil, que exige, para homologação:

- i) decisão proferida por autoridade competente;
- ii) regular citação, ainda que verificada revelia;
- iii) ser eficaz no país de origem;
- iv) não ofender a coisa julgada no Brasil;
- v) sentença acompanhada de tradução oficial; e
- vi) não contrariar manifestamente a ordem pública.

In casu, o pedido encontra-se em conformidade com os dispositivos acimatranscritos, bem como com o art. 15 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. De fato, constata-se que a sentença homologanda foi proferida por autoridade competente:

*Sentença de conhecimento - folhas 99-122, traduzida por profissional juramentado no Brasil (fls. 123-132);

*Acórdão - "*Sentencia definitiva de segunda instancia*" - folhas 133-138, cuja tradução realizada por profissional juramentado no Brasil foi juntada às folhas 150-152;

*Sentença da fase de liquidação - "*Sentencia interlocutória - Liquidación de Sentencia*" acostada aos autos às folhas 140-144, com respectiva tradução realizada por profissional juramentado no Brasil juntada às folhas 152-154.

Ainda segundo o Min. Relator, as peças trazidas à baila confirmam a ocorrência da regular citação/intimação do requerido no processo uruguaio, não havendo que se falar em nulidades processuais, levantadas pelo requerido.

Observa-se que é possível aferir a regularidade processual, com citação do Réu, conforme trechos da sentença: "*Pelo auto N° 1369/2008 da fs. 103 foi conferido o traslado da demanda, a que legalmente notificada foi contestada nas fs. 109 a 116 se opôs à exceção de legitimação ativa, passiva e defeito legal no modo de propor a demanda*" (fl. 124). Observa-se que o mérito foi devidamente contestado pelo Réu, afirmando, inclusive, que pagou o valor dos 50% das ações, senão vejamos: "*ao réu foi entregue de forma pessoal os 50% das ações que lhe correspondiam em 22 de junho do ano de 2005 por parte do Sr. Humberto Antonio de Nogueira Filho*" (fl. 10). Observa-se, inclusive, interposição de recurso por parte do Réu, juntada cópia do acórdão (sentencia definitiva de segunda instancia), tem-se: "*Em tempo e forma, o réu interpõe um recurso de apelação, argumentando o seguinte*" (fl. 150).

Por fim, diante do argumento do requerido de que não havia sido expedida certidão de trânsito em julgado no processo tramitado no Uruguai, o Min. Relator observou que, conquanto não houvesse na sistemática daquele Estado certidão análoga à existente no processo civil brasileiro, ainda assim seria possível extrair da decisão homologanda a *ratio* "ululante" de que o processo já havia formado coisa julgada material, tendo em vista a fase de liquidação de sentença já em curso naquele foro.

Com relação à alegada ausência do trânsito em julgado da r. sentença alienígena, a irresignação não merece prosperar. Isso porque, a jurisprudência firmada no âmbito desta Corte é pacífica no sentido de que a sua comprovação pode ser feita por qualquer meio hábil a demonstrar a definitividade da decisão homologanda. É ululante se a fase de liquidação teve seu início, inclusive com decisão homologatória dos cálculos, houve o trânsito em julgado da sentença condenatória proferida e confirmada pela 2ª Instância, por lógica processual.

Assim, em 15.03.2017, a Corte Especial, por unanimidade, deferiu o pedido de homologação de sentença, nos termos do voto do Min. Relator, Félix Fisher, que ateve-se estritamente às idiossincrasias do juízo de delibação, modelo italiano adotado no Brasil para o procedimento de homologação de sentença estrangeira. Nesse sentido, houve apenas cognição limitada, debruçando-se os ministros apenas sobre a verificação dos requisitos formais inscritos no CPC e no Regimento Interno do STJ.

Desse modo, as supostas nulidades processuais colacionadas na contestação foram confrontadas por meio da análise detida das peculiaridades do processo civil uruguaio, concluindo-se pelo cumprimento dos requisitos formais de homologação. Além disso, o Min. Relator judiciosamente resistiu à indução de adentrar no mérito da decisão uruguaia, feita pelo requerido, que trouxe argumentos externos à sentença homologanda, como, por exemplo, a existência de uma ação criminal em curso no Brasil.

Por outro lado, lamenta-se a ausência de aplicação dos mecanismos de cooperação jurídica internacional previstos nos protocolos do Mercosul. Em um esforço contrafactual, frise-se que um eventual pedido de homologação da sentença uruguaia realizado por meio de carta rogatória transmitida entre Autoridades Centrais, nos termos do art. 19 do Protocolo de Las Leñas, possivelmente levaria menos tempo para ser deferido do que os quase três anos transcorridos entre a distribuição (02.07.2015) e o trânsito em julgado da ação homologatória (13.03.2018).

A não aplicação dos mecanismos regionais de cooperação reflete não somente o elevado grau de desconhecimento do direito comunitário e do Direito Internacional Privado por parte dos operadores do direito, formados ainda em uma cultura jurídica essencialmente territorialista, como também pela carência de instrumentos próprios do Mercosul para facilitar a aplicação e conferir efetividade às normas comunitárias, como, por exemplo, a permissão mútua para o exercício da advocacia por parte dos profissionais domiciliados em cada Estado-membro do bloco.

4.2 RESp 1308686/SP

Na origem do caso, a Ace Seguradora S.A., sociedade anônima brasileira, propôs ação regressiva no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("TJ-SP") contra a Basso S.A., sociedade anônima constituída na Argentina, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a título de ressarcimento pelo pagamento à sua segurada, MWM International Motores (atual denominação da International Engines South América Ltda.,

empresa argentina com filial na cidade de Canoas/RS), em virtude de *recall* resultante da necessidade de substituição de válvulas paramotores automotivos Ford e Land Rover (fornecidos pela Basso S.A.) nas montadoras e dealers de distribuição.

Em março de 2004, durante a vigência da apólice de seguro, foi constatado que algumas válvulas de escape fornecidas pela Basso e usadas na fabricação de veículos pela MWM apresentavam fissuras na superfície, com possibilidade de quebra e possível colapso integral do motor. Após a comprovação técnica da falha, a seguradora providenciou o *recall*, percebendo prejuízo total de R\$ 1.678.992,35 (um milhão seiscentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos). Como o limite da cobertura previsto na apólice era de R\$ 1 milhão, a diferença foi suportada pela própria MWM.

Após cobrir o prejuízo da montadora no limite do contrato securitário, a Ace Seguradora propôs a referida ação regressiva no TJ-SP em face da sociedade argentina, que acabou apresentando exceção de incompetência internacional, defendendo que a lide seria melhor apreciada no Judiciário argentino. Sua investida, contudo, obteve sucesso.

Dessa forma, inconformada com a decisão que rejeitou a exceção e reconheceu a competência da jurisdição brasileira, a Basso interpôs agravo de instrumento. Em segunda instância, o tribunal paulista manteve a decisão do juízo de piso, sob o fundamento do art. 88, III, do então Código de Processo Civil de 1973, pelo qual compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar, concorrentemente, ações em que o fundamento seja fato ou ato ocorrido no Brasil⁸⁸.

Em razão de sinistro envolvendo produtos fabricados pela agravante, a seguradora, no exercício do seu direito de regresso, busca ressarcimento pelos danos já indenizados. Como bem ponderou o julgador 'a quo', todo procedimento de 'recall' para remoção dos cabeçotes avariados dos motores elaborados em montadoras e distribuidoras foi realizado no Brasil, sem contar que o contrato de seguro em que se funda a ação regressiva também foi firmado no Brasil. Logo, é rigor a aplicação do disposto no artigo 88, inciso III, do Código de Processo Civil, segundo o qual, 'é competente a autoridade brasileira quando a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil'.⁸⁹

Ainda inconformada, a Basso S.A. interpôs recurso especial, sustentando que foram

⁸⁸ Esta norma foi mantida no art. 21, III, do NCPC/2015.

⁸⁹ TJSP, AI n.º 01018193420108260000, 26ª Câmara de Direito Privado, Des(a) Rel.(a) Andreata Rizzo, DJe 02.07.2010.

violados o art. 88, I, II, III, e o art. 100, IV, "a", do CPC/73 e o art. 12 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42). Segundo a sociedade argentina, o tribunal brasileiro teria ignorado o fato de o domicílio da parte Ré situar-se na Argentina, assim como seus bens passíveis de execução, o que deixaria clara a preponderância do interesse da jurisdição argentina em decidir a controvérsia, bem como a maior efetividade de uma eventual decisão daquele juízo.

A Terceira Turma do STJ, contudo, no voto condutor do relator, o Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, entendeu estar presente o elemento de atração da jurisdição brasileira, qual seja, a ocorrência no território nacional da assinatura do contrato acessório de seguro (ato) e da necessidade de *recall* (fato), ante a entrega defeituosa das peças objeto do contrato principal, nos termos do inciso III do art. 88 do CPC/73.⁹⁰

O destaque deste voto, contudo, é o argumento adicional colacionado pelo Min. Relator para reforçar a decisão pela jurisdição brasileira. Segundo ele, tendo em vista que as sentenças oriundas de juízos dos Estados-membros do Mercosul têm eficácia extraterritorial, não haveria maiores obstáculos em a Basso ser acionada no Brasil, pois os efeitos da decisão deste juízo poderão ser replicados sem maiores percalços na jurisdição argentina, em procedimento de cumprimento de sentença. É o que se depreende da leitura da decisão:

Por fim, quanto à eficácia da execução e à ausência do interesse da jurisdição pátria, porquanto os seus bens se situam na Argentina, sem razão a recorrente. Isso porque, tal como previsto no Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de Las Leñas), ratificado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, as sentenças judiciais proferidas nos países do Mercosul são dotadas de eficácia extraterritorial, ou seja, independem de homologação nos Estados onde devam ser executadas [...]⁹¹

Logo em seguida, o Min. Relator reproduz a famosa doutrina de José Carlos de

⁹⁰ "Ao que se tem, portanto, não obstante o contrato de fornecimento de peças para montagem de motor ter sido firmado no estrangeiro entre a Basso S.A. e a empresa argentina MWM International, tanto o contrato de seguro quanto a obrigação que deu origem ao recall, objeto do contrato de seguro, ocorreram no Brasil. Com efeito, o dano sofrido pela segurada, no qual sub-rogou-se a ora recorrida, aconteceu majoritariamente em território nacional, haja vista que uma parte do recall acabou por atingir outros países para onde os motores foram exportados, justamente porque a montadora segurada, sediada no Brasil, foi responsável pela montagem e distribuição dos motores. Nesse contexto, se o contrato de seguro foi firmado no Brasil, o pagamento da indenização pela seguradora foi realizado no Brasil por conta de obrigação surgida no país (recall), deve prevalecer, tal como concluído pelas instâncias ordinárias, a competência da jurisdição pátria, nos termos do inciso III do artigo 88 do CPC ("a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil")." STJ, RESp n.º 1308686/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJU 17.04.2013.

⁹¹ STJ, RESp n.º 1308686/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJU 17.04.2013.

Magalhães, já mencionada acima, destacando o trecho em que este autor argumenta que a eficácia extraterritorial importa na desnecessidade de homologação para a produção de efeitos em outra jurisdição. Em outras palavras, Min. Relator expressou seu entendimento de que as sentenças estrangeiras oriundas do Mercosul têm eficácia extraterritorial, prescindindo de homologação. Cabe ressaltar ainda que o voto do Min. Ricardo Villas Bôas Cueva foi referendado pela unanimidade dos ministros presentes à sessão, o que dá maior peso ao entendimento.⁹² Por outro lado, lamenta-se que o Min. Villas Bôas Cueva não tenha sido mais explícito e confirmado - ou não - se o sistema de Las Leñas dispensaria inclusive a necessidade de homologação pelo próprio STJ.

Não obstante, esse entendimento, ainda que incipiente, acabou prevalecendo quando da aprovação do novo Código de Processo Civil de 2015⁹³. Além disso, o novo diploma processual incorporou as inovações trazidas pela Resolução nº 9 e pelo Regimento Interno do STJ, como a possibilidade de homologação parcial de sentença estrangeira e de concessão de tutela de urgência para executar as decisões.

Entretanto, a despeito dos avanços legislativos, não se tem notícia de decisão estrangeira executada diretamente no juízo de piso brasileiro. Há, no entanto, relevante acórdão proferido recentemente pela 13ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em que se reconhece a possibilidade de execução direta de sentença estrangeira transmitida nos termos do art. 20 do Protocolo de Las Leñas. Tratava-se de agravo de instrumento interposto por nacional argentino nos autos de uma ação de obrigação de fazer com pedido de indenização, tendo como fundamento uma sentença proferida pela Justiça argentina que reconheceu dano ocasionado pelo Itaú Unibanco S.A. ao autor. Naquela ocasião, o juízo *a quo* determinou que fosse apresentada comprovação de que o referido *decisium* houvesse sido homologado pelo STJ. Com efeito, a 13ª Câmara

⁹² Acompanharam o voto do Relator os Ministros Nancy Andrighi, Sidnei Beneti e Paulo de Tarso Sanseverino votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro João Otávio de Noronha.

⁹³ Art. 961. "A decisão estrangeira somente terá eficácia no Brasil após a homologação de sentença estrangeira ou a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, salvo disposição em sentido contrário de lei ou tratado. § 1º É passível de homologação a decisão judicial definitiva, bem como a decisão não judicial que, pela lei brasileira, teria natureza jurisdicional. § 2º A decisão estrangeira poderá ser homologada parcialmente. § 3º A autoridade judiciária brasileira poderá deferir pedidos de urgência e realizar atos de execução provisória no processo de homologação de decisão estrangeira. § 4º Haverá homologação de decisão estrangeira para fins de execução fiscal quando prevista em tratado ou em promessa de reciprocidade apresentada à autoridade brasileira. § 5º A sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça. § 6º Na hipótese do § 5º, competirá a qualquer juiz examinar a validade da decisão, em caráter principal ou incidental, quando essa questão for suscitada em processo de sua competência".

de Direito Privado reformou essa decisão nos seguintes termos:

E nessa circunstância deve ser procurada a solução no âmbito do Decreto n. 2.067/1996, referente ao protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em matéria Civil, Comercial, Administrativa e Trabalhista, o qual está vinculado ao âmbito do MERCOSUL. Como o agravante é argentino residente na Argentina, a decisão judicial proferida nesse país, tem validade no Brasil, nos termos previstos nesse mencionado protocolo, e, no caso, não é necessário a homologação pelo Superior Tribunal de Justiça. Deverá ser atendido, porém, o que dispõem os artigos 19 e 20 do referido protocolo.⁹⁴

O presente caso demonstra que, a despeito da posição mais conservadora e territorialista e até do desconhecimento acerca dos instrumentos de cooperação jurídica do Mercosul, uma parcela representativa dos operadores do direito no Brasil não somente detém conhecimento dessa normativa, como também a interpreta conforme o interesse comunitário pró-integração. Conquanto não seja suficiente para alterar estruturalmente o ordenamento brasileiro de modo a torná-lo verdadeiro Estado Cooperativo, nos termos de Peter Härbele, tais movimentos fornecem a esperança de que o Brasil possa estar no início de seu movimento no sentido da real integração regional, concretizando o objetivo insculpido no parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal de construção de uma comunidade latino-americana de nações.

5. CONCLUSÕES

A cooperação jurídica internacional é um dos instrumentos mais efetivos de integração regional, eis que seus mecanismos aproximam não somente as Administrações Públicas dos Estados parceiros do bloco, como também conectam indivíduos e empresas - inegavelmente, os principais destinatários dos projetos integradores - por meio de institutos conformadores de um verdadeiro processo civil internacional. Dessa forma, são finalmente vencidas antigas barreiras ao amplo acesso à Justiça na esfera internacional, tais como o alto custo das taxas judiciárias e complexos sistemas de reconhecimento e incorporação de decisões e cartas rogatórias.

É neste contexto que, em 1992, os quatro Estados fundadores do Mercosul assinam o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial,

⁹⁴ TJ-SP, DJ 04.12.2019, AI nº2139951-14.2019.8.26.0000, Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Nelson Jorge Júnior.

Trabalhista e Administrativa ("Protocolo de Las Leñas"), responsável por criar as primeiras normas mercosulinas de direito processual internacional em matéria civil. Esse instrumento não apenas consagrou a isonomia processual em âmbito regional, eliminando a necessidade de prestação de caução para ajuizamento de ação judicial por autor não domiciliado no foro, como também dinamizou o trâmite de cartas rogatórias e de sentenças estrangeiras entre os Estados-membros do bloco através das Autoridades Centrais, com custo mínimo para as partes. Mais ainda, o Protocolo reconheceu a eficácia extraterritorial de sentenças e laudos arbitrais oriundos de qualquer dos Estados-membros que observem todas as condições dispostas no art. 20 do texto, em importante avanço que aproxima o Mercosul do moderno instrumento de cooperação jurídica previsto pela União Europeia.

O Brasil, por sua vez, buscou reformar seu ordenamento de forma a adequar-se aos imperativos da cooperação. Dessa forma, seu tradicional sistema concentrado de concessão de *exequatur* a cartas rogatórias e de reconhecimento e homologação de sentenças estrangeiras foi alterado e reinterpretado, permitindo que leis ordinárias tratados internacionais prevejam mecanismos alternativos em que cartas rogatórias e mesmo sentenças e laudos arbitrais estrangeiros sejam recepcionados no país por outras vias que não a do Superior Tribunal de Justiça, possuindo eficácia extraterritorial e capacidade execução imediata no juízo de piso brasileiro.

Entretanto, a despeito desses avanços *de lege lata*, a jurisprudência recente dos tribunais superiores e de tribunais federais e estaduais indica que a prática forense brasileira ainda conserva certa resistência aos mecanismos mais modernos de cooperação jurídica internacional, apegando-se a posicionamentos já superados do Supremo Tribunal Federal, como evidenciam os últimos julgados acerca da carta rogatória de caráter executório e da eficácia extraterritorial de sentenças estrangeiras. Exceção nesse contexto é o RESp 1308686/SP, caso no qual o STJ não apenas aplicou os instrumentos mercosulinos, como também realizou uma interpretação pró-integração de seus mecanismos.

Além disso, os principais mecanismos de cooperação jurídica do Mercosul, em especial o Acordo de Las Leñas, são desconhecidos de boa parte da comunidade jurídica no Brasil, tal como evidenciou o julgamento da SEC nº 14.077/UY, no qual nem o Ministério Público Federal, nem os ministros do STJ e principalmente as próprias partes fundamentaram suas argumentações com base nos instrumentos regionais dispostos aos

operadores do direito dos quatro Estados-membros. Um dos possíveis fatores explicativos para este fenômeno passa pelas fragilidades institucionais do próprio Mercosul, organização internacional que, justamente por ser erigida sob os dogmas do intergovernamentalismo, carece dos principais meios efetivos de operacionalidade, quais sejam, a primazia do direito comunitário e a aplicabilidade imediata de suas normativas.

Portanto, se o caso da SEC nº 14.077/UY nos indica o longo caminho a percorrer rumo à efetividade plena dos mecanismos do Mercosul, o precedente do RESp 1308686/SP surge como alento de que talvez nossa caminhada já tenha sido iniciada.

6. APÊNDICE: O exercício da advocacia transnacional no Mercosul

O ímpeto integracionista nas comunicações processuais em âmbito regional, contudo, não se reproduziu com a mesma força na questão relativa às autorizações para que advogados inscritos em colégios e ordens dos quatro Estados-membros do Mercosul possam exercer plenamente suas funções na jurisdição para a qual determinado ato processual foi remetido e deve ser cumprido. As restrições variam entre a exigência de reciprocidade até a necessidade de realização de exame. Como esse argumento argumentará, uma das possíveis razões para esse obstáculo seria a divergência quanto à mesmo do exercício da advocacia nos quatro Estados-membros do bloco, ora percebido como função essencial à Justiça, ora regulamentada como mera prestação de serviços comerciais.

De toda forma, a despeito dos avanços em matéria de cooperação jurídica internacional no espaço mercosulino, o princípio da territorialidade estrita ainda impera no tocante às licenças profissionais para que advogados possam acompanhar o desfecho de seus processos judiciais na jurisdição de outro Estado-membro do Mercosul. Em outras palavras, cartas rogatórias e sentenças estrangeiras ultrapassam fronteiras nacionais, ao passo que advogados são retidos nas "alfândegas", representando um obstáculo a mais à plena efetividade não somente da cooperação, mas sobretudo do próprio ordenamento jurídico comunitário.

I. Advocacia no Brasil: função essencial à Justiça

Diferentemente do verificado no Direito Comparado, o Constituinte de 1988 optou por insculpir na Carta Magna um artigo expresse dispondo sobre o exercício da advocacia, elevando-o a uma função pública e garantindo-o prerrogativas funcionais necessárias ao seu desempenho:

SEÇÃO III DA ADVOCACIA

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Dessa forma, longe de mero prestador de serviços, o advogado é inscrito no ordenamento jurídico brasileiro como "indispensável à administração da justiça", ao lado de outras carreiras típicas, como o Ministério Público, a Magistratura, a Defensoria

Pública e a própria Advocacia Pública. Esclarecedor neste sentido é o *caput* do art. 2º do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, segundo o qual o advogado "*é defensor do Estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública, da Justiça e da paz social, subordinando a atividade do seu Ministério Privado à elevada função pública que exerce*".

Portanto, para além da mera prestação de serviços em âmbito privado, que obviamente também está compreendida entre suas atividades, a advocacia tem um dever para com a coletividade, um *munus* público de protetor do Estado democrático de direito e das garantias fundamentais mais básicas no ordenamento brasileiro. Nas palavras de Flávio Pansieri,

No Brasil, a advocacia, a figura do advogado e sua instituição de representação se misturam como função essencial da administração da justiça, seja na garantia da democracia consubstanciada na liberdade e igualdade por intermédio da máxima amplitude do contraditório e da ampla defesa ou do acesso ao Judiciário, seja como ente fiscalizador dos concursos de ingresso na magistratura e no Ministério Público ou ainda como agente oxigenador dos tribunais por intermédio das vagas reservadas aos advogados para a composição dos tribunais, ou como ente legitimado universal para a participação do controle de constitucionalidade no Brasil [...] Mais do que uma profissão, a advocacia é um *munus* indispensável à administração da justiça, revestida de prerrogativas que assistem diretamente à sociedade, permitindo que esta possa se sentir segura por intermédio da atuação do advogado que dê guarida à liberdade e seus direitos, seja administrativa, judicialmente ou pelo simples e fiel patrocínio dos negócios jurídicos onde a figura do advogado se torna imprescindível.⁹⁵

Não à toa, no julgamento da ADI 3026/DF, o Supremo Tribunal Federal (STF) assentou que, conquanto não participe da Administração Pública Indireta, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) "*é um serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro*", com finalidades institucionais que ultrapassam as meras atividades corporativas⁹⁶. Assim, cumpre à OAB zelar não apenas pela representação da categoria profissional, mas sobretudo pela próprio regime democrático no país. Para tanto, deve-se dar fiel observância às prerrogativas e garantias funcionais da advocacia, algo que "[...] muitos confundem com privilégios

⁹⁵ PANSIERI, Flávio. IN CANOTILHO, J.J. Gomes et al. *Comentários à Constituição do Brasil*. 2a. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 1663.

⁹⁶ STF, ADI 3026/DF, Relator: EROS GRAU, Data de Julgamento: 08/06/2006, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 29-09-2006.

corporativos, quando, na verdade, trata-se da defesa da cidadania"⁹⁷.

Dada a natureza sensível e estratégica para a própria organização institucional brasileira, compreensível a regulamentação da carreira para advogados estrangeiros ou brasileiros graduados no exterior que desejem exercer plenamente a atividade no Brasil. Para esses casos, a Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB) exige a revalidação em território nacional do diploma de graduação estrangeiro, além dos demais requisitos impostos também aos bachareis de Direito formados no país, como a aprovação em Exame de Ordem.⁹⁸ Uma vez atendidas todas as exigências, o profissional estrangeiro ou o brasileiro graduado no exterior poderá exercer plenamente as competências privativas da advocacia inscritas no art. 1º da sobredita legislação, quais sejam, a postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais e as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

Parte considerável da doutrina sustenta a necessidade do referido dispositivo. Paulo Lôbo, por exemplo, ao comentar a exegese do Estatuto da Advocacia, argumenta que a exigência de realização de Exame de Ordem ao advogado estrangeiro é nada menos do que justa, tendo em vista subsistir a mesma exigência para o advogado nacional.⁹⁹

Com efeito, em privilégio ao princípio da territorialidade, advogados estrangeiros

⁹⁷ BUSATO, Roberto. *Questão de Ordem*. Brasília: Editado pelo CFOAB, 2006, p. 103.

⁹⁸ "Art. 8º Para inscrição como advogado é necessário:

I - capacidade civil;

II - diploma ou certidão de graduação em direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada;

III - título de eleitor e quitação do serviço militar, se brasileiro;

IV - aprovação em Exame de Ordem;

V - não exercer atividade incompatível com a advocacia;

VI - idoneidade moral;

VII - prestar compromisso perante o conselho.

§ 1º O Exame da Ordem é regulamentado em provimento do Conselho Federal da OAB.

§ 2º O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, além de atender aos demais requisitos previstos neste artigo.

§ 3º A inidoneidade moral, suscitada por qualquer pessoa, deve ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.

§ 4º Não atende ao requisito de idoneidade moral aquele que tiver sido condenado por crime infamante, salvo reabilitação judicial."

⁹⁹ "Ante o modelo legal brasileiro, a XXI Conferência Nacional dos Advogados, em 2011, aprovou conclusões no sentido de não ser permitida parceria entre advogados ou sociedade de advogados brasileiros e consultores em direito estrangeiro, salvo para a troca de experiências e atendimento de cliente s no âmbito das relações internacionais, cada qual atuando no território do seu país de origem, ou para associação de natureza científica e cultural. É razoável a restrição, pois é necessário demonstrar proficiência sobre o direito nacional que o advogado tem de invocar, o que se apura com o Exame de Ordem, no Brasil. Não faz sentido que o exame seja exigível para o brasileiro e dispensado para o estrangeiro." LÔBO, PAULO. *Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB*. 10a.ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 40.

que não realizarem o Exame de Ordem no Brasil não poderão exercer plenamente a advocacia no país. Por outro lado, o Provimento Nº 91/2000 do Conselho Federal da OAB regulamentou hipóteses em que este profissional atue em território nacional, ainda que limitadamente, restringindo-se exclusivamente à prática de consultoria no direito estrangeiro correspondente a seu Estado de origem. E a despeito da limitação desta atividade, ainda assim a OAB exige uma série de requisitos dos candidatos, dispostos no art. 2º do Provimento Nº 91/2000:

- I - **prova de ser portador de visto de residência no Brasil;**
- II - prova de estar habilitado a exercer a advocacia e/ou de estar inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados ou Órgão equivalente do país ou estado de origem; a perda, a qualquer tempo, desses requisitos importará na cassação da autorização de que cuida este artigo;
- III - prova de boas conduta e reputação, atestadas em documento firmado pela instituição de origem e por 3 (três) advogados brasileiros regularmente inscritos nos quadros do Conselho Seccional da OAB em que pretender atuar;
- IV - prova de não ter sofrido punição disciplinar, mediante certidão negativa de infrações disciplinares emitida pela Ordem dos Advogados ou Órgão equivalente do país ou estado em que estiver admitido a exercer a advocacia ou, na sua falta, mediante declaração de que jamais foi punido por infração disciplinar; a superveniência comprovada de punição disciplinar, no país ou estado de origem, em qualquer outro país, ou no Brasil, importará na cassação da autorização de que cuida este artigo;
- V - prova de que não foi condenado por sentença transitada em julgado em processo criminal, no local de origem do exterior e na cidade onde pretende prestar consultoria em direito estrangeiro no Brasil; a superveniência comprovada de condenação criminal, transitada em julgado, no país ou estado de origem, em qualquer outro país, ou no Brasil, importará na cassação da autorização de que cuida este artigo;
- VI - **prova de reciprocidade no tratamento dos advogados brasileiros no país ou estado de origem do candidato.** (grifos nossos)

Em uma leitura atenta, percebe-se certa contradição entre os propósitos e métodos do Provimento Nº 91/2000. Isto porque a intenção original do Conselho Federal da OAB era facilitar a consultoria jurídica em causas com conexões internacionais que possam envolver a interpretação e aplicação de direito estrangeiro, de forma a elevar a efetividade da concretização da Justiça. Por outro lado, exige-se do advogado estrangeiro uma série de requisitos de pouca aplicabilidade prática, tais como visto de residência no país e até a prova de reciprocidade de tratamento. Com isso, reduz-se a possibilidade, por exemplo, de um profissional estrangeiro ser contratado especificamente para determinadas causas, em que ele se desloca transitoriamente até o Brasil para prestar consultoria e, posteriormente, regressa a seu país.

Outra fragilidade do Provimento N° 91/2000 consiste em não definir propriamente o conceito de "direito estrangeiro", tendo em vista as múltiplas dimensões do Direito Internacional Privado (DIPr) contemporâneo. Por ser muito identificado em sua origem com os conflitos entre a lei aplicável, o DIPr clássico inicialmente era estruturado como parte ou micro-sistema do Código Civil, sendo regido pelos princípios privatistas deste. Contudo, com o avanço do constitucionalismo pós-moderno, as constituições assumiram a centralidade nos ordenamentos jurídicos, irradiando seus valores para os demais ramos do Direito, incluindo o DIPr. Por outro lado, a "convencionalização" do DIPr também influencia as constituições nacionais, sem que a supremacia constitucional seja afetada.

No contexto do Mercosul, o jurista argentino Diego Arroyo argumenta que ser possível identificar ao menos três dimensões do DIPr: (i) dimensão autônoma, relativa às legislações nacionais do DIPr; (ii) dimensão convencional, representada pelas convenções internacionais que dispõem sobre a matéria; e (iii) dimensão institucional, própria dos instrumentos integracionistas do Mercosul.¹⁰⁰

Portanto, resta indefinido o conceito de "direito estrangeiro" empregado pelo Provimento N° 91/2000. Não obstante, para além dessas inconsistências, o espírito integracionista na construção de um direito comunitário mercosulino - mormente no que tange aos instrumentos de cooperação jurídica internacional previstos no Protocolo de Las Leñas - não foi acompanhado com igual ímpeto pelos colégios e ordens de advogados dos quatro Estados-membros do projeto regional, que não avançaram na mesma proporção no sentido de propiciar uma atuação transnacional de seus profissionais no espaço regional, principalmente em causas que envolvam o direito da integração. Prova disso é justamente a ausência de uma normativa específica para o Mercosul no âmbito do Conselho Federal da OAB, sendo o Provimento N° 91/2000 aplicado também aos advogados dos quatro

¹⁰⁰ "La introducción en los ordenamientos de componentes heterónomos provenientes de los ámbitos de producción jurídica internacional (institucional y convencional) refuerza, por lo tanto, la necesidad de las matizaciones reclamadas. Respecto de ellos, la información que la Constitución despliega por todo el ordenamiento se relativiza (afectación lateral), sin que ello obste necesariamente a la supremacía de la Constitución sobre cualquier otra norma jurídica [...] la Constitución misma sufre un proceso de "internacionalización", es decir que los elementos heterónomos no sólo impactan en los distintos ordenamientos sino que además afectan a la propia Constitución (*afectación superior*). En efecto, gran parte del discurso relativo a las relaciones entre la Constitución y el DIPr se ha basado en la detección de los valores establecidos en aquélla que impactan con particular fuerza en la elaboración y el funcionamiento del sistema del DIPr, restando implícitamente algo de importancia al encuadre de esos valores en el marco internacional. Sin embargo, es evidente que esas normas internacionales van cobrando una importancia inusitada y establecen límites infranqueables para gobernantes, legisladores y jueces estatales, aunque éstos parecen no darse cuenta o no querer hacerlo en muchas oportunidades." ARROYO, Diego P. Fernández (coord.) *Derecho Internacional Privado de los Estados del Mercosur*. Buenos Aires: Editora Zavalia, 2003, pp. 91-92.

Estados-membros que desejem prestar consultoria no Brasil.

Por outro lado, no auge do desenvolvimento econômico e institucional do Mercosul, na década de 2000, houve iniciativas de flexibilização das exigências nacionais para o exercício transnacional da advocacia no espaço regional, capitaneadas pelo Conselho de Colégios e Ordens de Advogados do Mercosul (COADEM). A principal delas é a elaboração do Projeto de Regulamentação da Atuação Transfronteiras, concluído em 2004, embora nunca tenha entrado em vigor nos quatro Estados-membros. Na próxima seção, examinar-se-ão tanto a atuação do COADEM quanto a proposta deste projeto.

II. A advocacia no Mercosul: atuação transnacional

Desde o lançamento do Tratado de Assunção de 1991, instrumento fundador do Mercosul, ao projeto de integração intencionado pelos quatro Estados-membros do passa pela criação de um mercado comum no Cone Sul, com a livre circulação de bens, serviços e pessoas. Também a advocacia assumiria um papel de destaque nesta estrutura, sendo ela um dos principais meios auxiliares no exercício dos direitos comunitários mercosulinos, tanto na parte comercial quanto na cooperação jurídica internacional.

Nesse contexto, em 1993, é criado o Conselho de Colégios e Ordens de Advogados do Mercosul (COADEM), associação sem fins lucrativos, de interesse público, com sede na capital paraguaia de Assunção e formada pelas entidades representativas da advocacia na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, quais sejam: Federación Argentina de Colegios de Abogados (FACA), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Colegio de Abogados del Paraguay e o Colegio de Abogados del Uruguay. De acordo com seu Estatuto Social, aprovado na Reunião de Brasília em 18 de abril de 1998, com última alteração dada em 02 de agosto de 2017, fins e objetivos do COADEM:

1. **Colaborar com os Colégios e Ordens de Advogados para a defesa do ordenamento jurídico, do Estado Democrático de Direito e dos Direitos Humanos;**
2. **promover, fortalecer e difundir os princípios da integração;**
3. coordenar os atos relativos aos direitos, deveres, prerrogativas e competências profissionais dos advogados no âmbito do Mercosul e da América do Sul;
4. colaborar com os Colégios e Ordens de Advogados na defesa da advocacia e dos advogados, suas prerrogativas e exercício da profissão, no âmbito da América do Sul;
5. **coordenar esforços para o regular exercício da advocacia no Mercosul e na América do Sul, inclusive no que se refere à ética profissional, através da agremiação legal dos advogados;**

6. colaborar com os Colégios e Ordens de Advogados para o desenvolvimento das legislações nacionais com vistas à harmonização de suas normas jurídicas;
7. participar ativamente na construção do direito do Mercosul e da América do Sul auxiliando os órgãos e entidades públicas ou privadas do Mercosul e da América do Sul e seus Estados-parte;
8. promover e fortalecer a integração do COADEM com outras instituições internacionais de advogados;
9. promover o princípio da solidariedade provisional através dos sistemas de provisão e seguridade social para os advogados sul-americanos por meio de caixas que a tais efeitos operem ou possam operar em cada país, permitindo a constituição, fortalecimento e consolidação das Caixas de Provisão e Seguridade Social para os Advogados (grifos nossos)

Da leitura de seus objetivos, constata-se que a concepção de advocacia insculpida no Estatuto do COADEM assemelha-se à noção de função essencial à Justiça concebida no Brasil, eis que cabe aos advogados formados no Mercosul não apenas "promover e difundir os princípios da integração", mas sobretudo defender o "ordenamento jurídico, do Estado Democrático de Direito e dos Direitos Humanos". Não à toa, esses mesmos valores são reproduzidos também logo no preâmbulo do Código de Ética do COADEM, aprovado em 17 de outubro de 1997.

1.1 .- Misión del abogado en el ámbito comunitario.

Conscientes de que los abogados del Mercosur, están llamados a jugar un relevante papel en el proceso de formación de un mercado comunitario, tanto en el asesoramiento de los agentes que han de impulsarlo, como en la solución de controversias que el mismo genere; pero también en la consolidación de este espacio comunitario bajo el imperio del derecho, el respeto de los derechos humanos y la vigencia de la democracia.

Na concretização de seus objetivos sociais, o COADEM destacar-se-á a partir da década de 2000 com seu projeto de atuação transfronteiriça do advogado dentro do espaço de integração. O próprio Código de Ética já dispunha sobre deveres dos profissionais que atuassem, ainda que temporariamente, em um Estado-membro distinto do Estado onde foi habilitado, como o sigilo profissional, a vedação à publicidade ostensiva e o dever de assistência.

Assim, em 2004, a Direção Executiva do COADEM aprova o Projeto de Regulamentação da Atuação Transfronteiras, em matéria de prestação de serviços de advocacia no âmbito do Mercosul. Contudo, tal projeto apoiou-se no Protocolo de

Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul¹⁰¹, em especial seu Artigo XI (2)¹⁰², onde os Estados-membros comprometem-se ao reconhecimento mútuo de associações e colégios profissionais através da outorga de licenças, matrículas e certificados aos prestadores de serviços. Nota-se, portanto, que o projeto do COADEM partiu de uma concepção parcialmente mercantilista do exercício da advocacia, sem atentar-se para suas próprias particularidades e compromissos com o interesse público, como preconiza o próprio Código de Ética.

De acordo com o item 2 do Projeto de Atuação Transfronteiriça, o advogado que se desloque do seu Estado Parte ou Associado de Origem (EPAO) para um Estado Parte ou Associado de Acolhida (EPAA) somente poderá oferecer serviços de assessoramento e consultoria legais, sendo vedados o patrocínio e a representação judiciais. Para tanto, o profissional deverá provar sua habilitação em seu EPAO e designar um advogado no EPAA, que o assistirá e recomendará, perante a entidade representante da advocacia no EPAA, na obtenção de sua inscrição em Registro Especial.

Em relação ao Provimento N° 91/2000, notam-se poucas diferenças. A principal delas é a *ratione materiae* do Projeto de Atuação Transfronteiriça: ao passo que a norma do Conselho Federal da OAB limita o exercício da advocacia do profissional estrangeiro apenas à consultoria de seu próprio direito nacional, o projeto mercosulino apresenta escopo mais abrangente, não especificando quaisquer matérias a serem tratadas em eventual consulta prestada pelo advogado. Além disso, os requisitos para esta autorização no projeto do COADEM são substancialmente menos rigorosos quando comparados com os previstos na norma brasileira, que exige inclusive a promessa de reciprocidade, princípio de direito internacional utilizado principalmente durante o século XIX, no auge do nacionalismo.

Por outro lado, o Projeto de Atuação Transfronteiriça também veda a atuação do advogado estrangeiro em patrocínio e representações judiciais, sendo estas atividades

¹⁰¹ Promulgado no Brasil pelo Decreto n° 6.480, de 11 de junho de 2008.

¹⁰² "Artigo XI
Reconhecimento
[...]

2. Cada Estado parte se compromete a alentar às entidades competentes em seus respectivos territórios, entre outras, às de natureza governamental, assim como associações e colégios profissionais, em cooperação com entidades competentes dos outros Estados Partes, a desenvolver normas e critérios mutuamente aceitáveis para o exercício das atividades e profissões pertinentes na esfera dos serviços, através do outorgamento de licenças, matrículas e certificados aos prestadores de serviços e a propor recomendações ao Grupo Mercado Comum sobre reconhecimento mútuo."

destinadas apenas aos advogados graduados no Estado de acolhida ou que tenham revalidado seu diploma e prestado exame de ordem neste país. Na era do processo eletrônico e da dinamização dos meios de cooperação jurídica internacional, especialmente em espaços de integração como o Mercosul, tal restrição carece cada vez mais de fundamentos sólidos para sustentar-se. Argumenta-se, *de lege ferenda*, ser mais produtivo franquear ao advogado estrangeiro a co-participação, ao lado do advogado nacional, em feitos judiciais originados de desdobramentos de mecanismos de cooperação, como a recepção e cumprimento de carta rogatória ou a homologação e execução de sentenças estrangeira. Essa previsão beneficiaria principalmente cidades fronteiriças, ou "cidades-gêmeas", em que um mesmo fato jurídico tem repercussão em duas ou mais jurisdições nacionais, como na região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.

Entretanto, não obstante as iniciativas de viés integracionista do COADEM, o Projeto de Atuação Transfronteiriça não foi aprovado nos quatro Estados-membros do Mercosul, justamente por preocupações de natureza territorialista. Mais ainda, a ausência de definição clara acerca da função social da advocacia entre as entidades de classe no Cone Sul também contribuiu para o impasse. Desde então, carece o espaço de integração da dinamização transnacional desta categoria profissional, essencial não apenas à realização da Justiça em âmbito regional, mas sobretudo na promoção do Estado democrático de direito, da tolerância e dos valores comunitários latino-americanos.

Por todas essas razões, é de lamentar-se que o papel estratégico do advogado ainda esbarra no territorialismo arraigado que permeia os colégios e ordens de advocacia nos quatro Estados-membros do Mercosul. No Brasil, por exemplo, a Lei nº 8.906/1994 determina que o advogado estrangeiro somente poderá exercer plenamente suas atividades se, dentre outros requisitos, prestar Exame de Ordem e revalidar seu diploma no país. Caso contrário, sua atuação estará restrita à prestação de consultoria sobre o direito estrangeiro correspondente a seu Estado de origem, nos termos do Provimento Nº 91/2000 do Conselho Federal da OAB.

A ausência de consenso quanto à natureza e finalidade da advocacia refletiu também na resistência à adoção do Projeto de Regulamentação da Atuação Transfronteiras, em matéria de prestação de serviços de advocacia no âmbito do Mercosul, que acabou arquivado. Conquanto fosse passível a crítica - como, por exemplo, a vedação ao advogado estrangeiro ao patrocínio e representação judicial -, tal projeto representava um

passo a mais rumo à integração plena no âmbito do Cone Sul, em privilégio ao princípio da tolerância e da comunhão dos interesses latino-americanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Nádia de. *Direito Internacional Privado*. Teoria e prática brasileira. 7a.ed. rev. atual. eampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

ARROYO, Diego P. Fernández (coord.) *Derecho Internacional Privado de los Estados del Mercosur*. Buenos Aires: Editora Zavalia, 2003.

BERGMAN, Eduardo Tellechea. *Balance y perspectivas de la cooperación judicial internacional en el ámbito del Mercosur*. Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS, vol. 1 (2004).

_____. *Dimensión judicial del caso privado internacional*. Análisis en especial de la cooperación probatoria y cautelar en el ámbito interamericano y del Mercosur. IN. XXXIV Curso de Derecho Internacional. Comitê Jurídico Interamericano, 2008.

BUSATO, Roberto. *Questão de Ordem*. Brasília: Editado pelo CFOAB, 2006.

CANOTILHO, J.J. Gomes et al. *Comentários à Constituição do Brasil*. 2a. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CARMONA, Carlos Alberto IN WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al (coords.). *Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

CASTRO MENDES, Aluisio Gonçalves; BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CARNEIRO, Paulo Cesar Pinheiro; e ALVIM, Teresa Arruda. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2018.

DOLINGER, Jacob. TIBURCIO, Carmem. *Direito internacional privado*. 14a.ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

GASPAR, Renata Álvares. *Cooperação jurídica no Mercosul: nascimento de um direito processual civil mercosurenho*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2014.

FINKELSTEIN, Claudio. IN BUENO, Cássio Scarpinella (coord). *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 4, (arts. 926 a 1.072). São Paulo: Saraiva, 2017.

GOICOECHEA, Ignacio. *Nuevos Desarrollos en la Cooperación Jurídica Internacional en Materia Civil y Comercial*. Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão.

Ano 4, nº 7, maio (2016), pp. 127-151.

HÄBERLE, Peter. *Estado Constitucional Cooperativo*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007.

LESSA, A. C. (org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2006

MADRUGA, Antenor. *O Brasil e a jurisprudência do STF na Idade Média da cooperação jurídica internacional*. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, 2005.

MAGALHÃES, José Carlos. *O protocolo de Las Leñas e a eficácia extraterritorial das sentenças e laudos arbitrais proferidos nos países do Mercosul*. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 36. n. 144, out/dez. 1999.

MENEZES, Alfredo da Mota; FILHO, Pio Penna. *Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MENEZES, Wagner (Org.). *Direito Internacional em Expansão*. v. 8. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

NOGUEIRA, Alberto. *Globalização, Regionalizações e Tributação: a Nova Matriz Mundial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PEREIRA, Ana Cristina Paulo. *Direito institucional e material do Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001.

PEROTTI, Alejandro D. *Tribunal Permanente de Revisión y el Estado de Derecho en el Mercosur*. Buenos Aires: Marcial Pons, 2008.

RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (orgs.). *Direito Internacional privado e a Nova Cooperação Jurídica Internacional*. Belo Horizonte: Arraes, 2015.

TAQUELA, María Blanca Noodt. *Los procesos a distancia y otros modos de cooperación judicial internacional en el Mercosur*. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, vol. 15 (1998).

_____. *The Most Favorable Treaty or Domestic Rules to Facilitate Private International Law Cooperation*. Recueil de Cours, tome 377, Leiden, Brill Nijhoff, 2016.

TIBURCIO, Carmen. *The current practise of international co-operation in civil matters*. Recueil de Cours, vol. 393, 2018.

TRINDADE, Otávio Augusto Cançado. *O Mercosul no direito brasileiro: incorporação de normas e segurança jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *A ordem jurídica do Mercosul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

_____; PEROTTI, Alejandro. *El proceso legislativo del Mercosur*. Montevideu: Konrad Adenauer, 2004.

VIZCARRA, Ana Elizabeth Villalta. *La cooperación judicial internacional*. IN. XL Curso de Derecho Internacional. Comitê Jurídico Interamericano, 2013.